
081ª SESSÃO ORDINÁRIA – 04SET2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Senhoras e senhores, venho a esta tribuna, em nome da Liderança do meu Partido, o PDT, fazer algumas considerações a respeito de uma pauta que eu entendo oportuna e preocupante, que inclusive fere a soberania nacional do nosso País, que é essa arapongagem, esse grampo telefônico de meios magnéticos – *e-mails* e mensagens – a que foram submetidas a Presidente Dilma e autoridades do nosso País, por parte dos americanos. Hoje, inclusive, é motivo de chacota. Hoje vai se fazer uma ligação telefônica e dizem que não se pode mais falar ao telefone, porque até a Presidente Dilma está grampeada. Então vejam ao ponto em que nós chegamos, os interesses que representam esse tipo de espionagem - porque não tem outro nome, para não chamar da sem-vergonhice - que se instalou, não só nos *e-mails*, nas mensagens, nos meios magnéticos, mas nos telefones, hoje, na nossa sociedade. Realmente, é de ficar perplexo que se possa admitir que a Presidência da República esteja grampeada. O que dirá de um cidadão, de uma cidadã, uma pessoa normal, o que ela pode esperar do seu telefone, da sua casa, do seu celular, do seu *e-mail*, das suas mensagens? Então, eu queria vir a esta tribuna, hoje, externar a nossa indignação em relação a essa situação, e saber que providências podem ser tomadas.

Quero falar também um pouquinho, feito este registro inicial aqui, nesta intervenção em Comunicação de Líder, a respeito de uma situação que nos remete a fazer um entendimento e uma provocação, principalmente para quem está nos assistindo em casa hoje, ao vivo, no que diz respeito ao futuro e desenvolvimento de novas alternativas, geração de emprego e renda. Falo isto aqui até chamando atenção do meu colega de Bancada, Ver. Cláudio Janta, porque esses tempos eu estava em Brasília e vi uma manifestação de um empresário que disse o seguinte: “Já não incentivo mais os meus

colegas a fazerem viagens para a China, porque o pessoal vai para a China empresário e volta importador, exportar”, Ver. Cecchim. Então, a nossa indústria está perdendo a capacidade de produzir porque ela passou a importar. Quem visita São Paulo conhece a fábrica Lorenzetti, e está lá o emblema Lorenzetti, mas, desde o início de 2000, Delegado Cleiton, que a Lorenzetti não produz mais nada no Brasil, é tudo importado da China! É tudo importado da China! Nós estamos perdendo a nossa capacidade de produção. Eu quero também deixar esse registro neste tempo de Liderança.

Por fim, quero fazer a avaliação um pouco a respeito da distribuição das vagas nas universidades do nosso País. Hoje, mais ou menos, Ver. Kopittke, 80% das vagas são preenchidas nas áreas das Ciências Humanas. Então, eu queria deixar aqui um alerta: nós estamos formando, talvez, menos físicos, menos químicos, menos engenheiros. E hoje a nossa juventude, o pessoal da minha idade está todo mundo estudando para concurso, Ver.^a Lourdes! O pessoal quer fazer concurso para saber que no final do mês vai receber o seu salário, e não estão muito preocupados com o amanhã, com a geração de emprego e renda, com o progresso, com o desenvolvimento.

Então quero, neste período de Liderança, deixar essa reflexão para contribuir com o nosso debate. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna porque me senti na obrigação de trazer a informação dos representantes dos caçambeiros. Por que me senti na obrigação? Porque a atual lei que rege o recolhimento do tele-entulho em Porto Alegre é da minha autoria. Nós demoramos três anos debatendo esse projeto, pois ele teve muita dificuldade para ser aprovado. Ao longo dos anos, os próprios caçambeiros fizeram críticas ao nosso projeto, e, em parceria com o Executivo e com os caçambeiros, encontramos uma lei que trouxe um certo regramento, como as cores padronizadas das caçambas, uma parte da sua fachada com tinta retrorreflexiva para facilitar a visualização; o regramento sobre o transporte; o tempo que pode permanecer; onde podem ser estacionados. Enfim, eu

tenho toda uma relação com esses profissionais, ainda que muitos tenham feito críticas severas à minha lei. Muitas vezes, fui chamado por outros colegas Vereadores para reuniões das Comissões temáticas da Casa para justificar a proposição que nós estávamos enfrentando naquela oportunidade. Mas a aprovamos, e a lei existe.

Ocorre que esses mesmos caçambeiros vêm tendo dificuldades ao longo dos anos. Eles não têm a facilitação no licenciamento de áreas para fazerem a triagem dos entulhos. Agora, Sr. Presidente, eu recebo um pedido da Associação, que, encarecidamente, comunique a esta Casa e à população que a ATC promoverá uma paralisação nos dias 9, 10 e 11 de setembro. O senhor sabe o que é isso? Eles não vão ficar parados lá nas suas oficinas, eles vão trancar a Cidade, é isso o que eles estão dizendo. Eu nunca incentivei ninguém a fazer isso, mas eu não tenho mais autoridade para pedir paciência a essa gente, porque o Poder Público, até hoje, não encontrou uma maneira de facilitar.

Vou dizer mais ainda: em um determinado momento, numa das tantas reuniões, eles denunciaram que a própria área que o Executivo explora hoje, que é lá na Lomba do Pinheiro, não é licenciada! O que eu quero dizer, em outras palavras? Pelo amor de Deus, nós temos que facilitar o serviço! Eu fiz a leitura agora, foi apregoado um projeto do Executivo que eu quero saudar, que traz todo um regramento com penalidades, mas nós temos que ajudar essa gente a resolver o problema. Depois de feito esse trabalho, se não cumprirem: multa, pena, não há dúvida. Agora, o que nós não podemos só nos preocupar aqui em criar legislações e não facilitar a vida das pessoas de um modo geral, especialmente desse trabalhadores.

Ver. Airto Ferronato, V. Exa. está aqui, está me ouvindo, que fique bem claro: eu não estou incentivando, estou comunicando que recebi a comunicação e eu não levantarei um dedo, porque me sinto envergonhado, impotente, quando esses caçambeiros estão avisando que nos dias 9, 10 e 11 vão parar. Mas eles não vão só parar de trabalhar, eles vão botar as caçambas na Cidade, é isso que eles estão dizendo. Isso foi dito em várias reuniões aqui, nesta Casa, que o Presidente Dr. Thiago esteve coordenando. Nós fizemos uma reunião no DMLU e isso foi avisado. Nós fizemos tantas e tantas reuniões. Então, V. Exa. receba oficialmente, mas eu não incentivo, não incentivei e não incentivarei e, com certeza, o senhor, Presidente, me entende. Eu fui um dos Vereadores mais criticados por esses caçambeiros, porque sou autor da Lei que trouxe todo um regramento para eles, pois eles agora se apegam, Ver. Villela, a este Vereador para fazer a comunicação que

vão parar a Cidade, porque eles não têm...O Executivo, a SMAM é muita burocracia, não facilitam a vida deles para fazer a separação desse lixo. E não adianta culpá-los porque as pessoas que contratam, na grande maioria, são famílias que estão fazendo obras nos seus apartamentos, nas suas casas, sem falar nos vizinhos que colocam todo o tipo de lixo nesses equipamentos. Eles não podem ser responsabilizados por isso. O que eles querem? É que facilitem um espaço onde se possa fazer a triagem desses produtos que são recolhidos. A construção civil não oferece problema nenhum, porque lá já entregam o selecionado. Está, Sr. Presidente! Então, assim, fica aqui eu vou lhe entregar a comunicação oficial, mas, faço quase que como um desabafo porque não dá mais, é muita burocracia, é muita demora.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Bernardino, eu quero dizer que recebo a sua advertência, vou encaminhá-la como de costume ao Executivo. Este Vereador, este Presidente acredita sempre no diálogo. Acho - essa foi à informação trazida ontem, Ver. Bernardino, pelo Diretor-Geral do DMLU e pelo Secretário da SMAM, que nós temos uma área em vias de liberação para exatamente esse fim. E nós vamos insistir mais uma vez com essa situação. Acreditamos que vamos ter um final positivo nesse processo.

Aprego o seguinte comunicado, de autoria desta Presidência. (Lê.): “Tendo em vista o contido no Ofício nº 029/13, de 03/09/13, da Exma. Sra. Juíza da 160ª Zona Eleitoral do Município de Porto Alegre, através do qual é encaminhado o recálculo do resultado da eleição para vereador no Município de Porto Alegre realizada em 2012, declaro haver assumido a condição de integrante titular deste Legislativo o Ver. Carlos Henrique Giambastiani Casartelli, integrante da Bancada do PTB. Porto Alegre, 04 de setembro de 2013”.

Aprego o Ofício nº 1.401/13, da Secretaria Municipal de Saúde. (Lê.): “Ao cumprimentá-lo respeitosamente, informo à Vossa Excelência, que conforme cópia anexa do ofício 1.399/13, o servidor Carlos Henrique Casartelli, matrícula nº 230224.0, está licenciado e exonerado do cargo de Secretário Municipal de Saúde, a contar de 04/09/2013, para reassumir mandato como vereador titular da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.”

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Carlos Henrique Giambastiani Casartelli, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação - CUTHAB.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Carlos Casartelli, que solicita licença para desempenhar cargo público. (Lê.): “Nos termos do artigo 218, VIII do Regimento desta Casa, comunico o meu afastamento do exercício da vereança. Outrossim, informo que o referido afastamento se deve à investidura de cargo público de Secretário Municipal de Saúde, função a ser desempenha a partir de 5 de setembro de 2013.”

O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, neste momento, colegas; senhores servidores...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Presidente, eu gostaria que me fosse assegurado a possibilidade de falar durante os meus cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Por favor, há um Vereador na tribuna, depois as manifestações são livres e amplas.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Eu queria agradecer, Sr. Presidente, demais Vereadores, nesse momento, colegas, aos meus amigos, a todos os servidores da Secretaria Municipal de Saúde e, principalmente, aos 5.025 votos que eu recebi e que, somados ao meu, somam 5.026 votos. Eu quero dizer que me sinto feliz por estar aqui neste momento, pelo motivo de estar aqui com amigos, com a minha família a quem,

infelizmente tem que aturar de quem faz política, de quem faz uma gestão pública, tem que ter a maturidade de suportar aquilo que é bom e aquilo que é ruim.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Minha família, principalmente o meu companheiro, Arnaldo, e o meu neto, Lucas, têm de ter maturidade para suportar as vaias e os aplausos; ao mesmo tempo em que eu me sinto feliz, eu quero dizer, Srs. Vereadores, que eu também tenho um sentimento de tristeza, porque, neste momento, eu estou substituindo um colega, um amigo que tenho a convicção de que disputou uma eleição justa, fez a sua eleição e conseguiu a sua cadeira de forma merecida, com uma grande campanha feita na cidade de Porto Alegre. Durante os momentos em que estarei aqui...Amanhã estarei retornando para a Secretaria Municipal da Saúde, serei substituído pelo colega Roni. Quero dizer que esta cadeira será ocupada por mim nos próximos momentos e, posteriormente, pelo Ver. Roni, é uma cadeira que pertence ao Partido Trabalhista Brasileiro, conquistada pelos votos da sociedade de Porto Alegre. Sinto-me extremamente à vontade, até porque eu recebi uma votação extremamente igual em todas as regiões eleitorais de Porto Alegre.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: As pessoas que olharem a votação que eu recebi verificarão que a minha votação oscilou entre quatrocentos e poucos votos em uma região até o máximo de seiscentos e poucos votos, o que demonstra que os 5.025 votos que eu recebi não foram votos na minha pessoa: foram votos de todos os trabalhadores da saúde, de todas as pessoas que fizeram...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, por favor. (Pausa.) Esses votos foram votos no trabalho feito por aqueles que fazem a gestão na Secretaria Municipal de Saúde, que, na sua imensa maioria, são servidores públicos municipais e que colocaram Porto

Alegre, depois de muito tempo, depois de muitos anos, como a quarta Capital com o melhor Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – IDSUS. Estão na frente de Porto Alegre neste momento: Vitória, com 300 mil habitantes; Florianópolis, com 500 mil habitantes; e apenas uma capital está um ou dois décimos na nossa frente, que é Curitiba, portanto, em termos de capitais do porte de Porto Alegre, nós estamos praticamente empatados com o IDSUS de Curitiba, o que muito tem que orgulhar a todos nós servidores, a todos nós que fazemos gestão, mas assumir este cargo significa que temos que ter mais desafios pela frente, temos que conquistar mais pela saúde de Porto Alegre, temos que conseguir mais para a nossa Cidade e temos que fazer um trabalho ainda melhor para que, no final do nosso mandato, nós possamos entregar uma saúde organizada e uma saúde melhor do que a que recebemos, quando assumimos em 2010. Então, eu queria agradecer a cada um de vocês, e tenho certeza absoluta de que continuo contando com o apoio da maioria dos servidores, com o apoio do meu Partido e principalmente com o apoio do meu Prefeito, José Fortunati, que tem apoiado tudo aquilo que nós temos feito na Secretaria Municipal de Saúde. Muito obrigado a todos. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL : Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que assegure plenamente à Ver.^a Jussara Cony o exercício do seu direito de ocupar a tribuna e se fazer ouvir, que, se necessário for, que se postergue esse direito, mas se traga um ambiente para esta Casa capaz de permitir que o fórum humanitário se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Pode ter certeza de que esta Presidência está fazendo isso.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que estão aqui hoje neste plenário acompanhando esta Sessão, agradeço ao Ver. Reginaldo

Pujol, mas creio que a matéria que trago aqui deverá ser de interesse de todos os Vereadores e de toda a população de Porto Alegre.

Aproveito, inclusive, que hoje o Secretário Casartelli assume como Vereador e volta, segundo o que foi noticiado, a ser Secretário, para levar a seu conhecimento a importância da reunião que tivemos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pelo Ver. Paulo Brum, junto com a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e dos Servidores Municipais, presidida pelo Ver. João Derly. Na manhã de ontem, por solicitação do Simpa e de várias lideranças dos servidores, nós realizamos uma Reunião Conjunta para debate sobre as reivindicações dos servidores. Nós vamos citar algumas dessas reivindicações aqui. Estava presidindo o Ver. Paulo Brum, esta Vereadora Vice-Presidente, a Ver.^a Lourdes Sprenger, o Ver. Mario Manfro, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Paulinho Motorista e, pela Frente Parlamentar, estava esta Vereadora e a Ver.^a Fernanda Melchionna. Primeiro, eu vou listar as reivindicações dos trabalhadores: insalubridade de 40% para todos os servidores da saúde; falta de funcionários, acarretando desvio de função; a regulamentação da carga horária de 30 horas para servidores da saúde; a criação de uma legislação que torne cabíveis os números de plantões noturnos com hora reduzida e número de folgas nos hospitais municipais que se encaixem diante da carga horária estabelecida; 110% da gratificação concedida ao regime de plantões nos hospitais municipais e de Pronto Atendimento; e o cálculo da parcela do SUS. Sobre esse último tema, os servidores da saúde, preocupados sobre a oscilação e a redução do seu valor no mês que se recebe aumento salarial. Diante dos tópicos levantados, os servidores da saúde pediram apoio da Frente Parlamentar e da COSMAM ao projeto de lei que diminui o tempo para incorporar a Gratificação de Incentivo e Qualidade do SUS.

Pois bem, eu creio que foi uma importante reunião, muito bem presidida pelo Ver. Paulo Brum, com pronunciamentos da Mesa, composta pelos Vereadores que eu já citei e por dois representantes do Simpa. E o Secretário Casartelli – hoje assumindo o cargo de Vereador, voltando amanhã para a Secretaria –, convidado, não compareceu. No seu lugar foram enviadas duas servidoras do Quadro que deram, dentro do limite de suas possibilidades, explicações e dialogaram com os servidores.

Nós, então, tiramos dessa reunião – nesse conjunto que estava lá – os seguintes encaminhamentos. Primeiro, criar um Grupo de Trabalho composto pela COSMAM e pela Frente Parlamentar, para o qual serão indicados representantes do Simpa e da Prefeitura

Municipal. Naturalmente dentro dessa representação há a expectativa dos Vereadores e dos trabalhadores que um dos representantes seja o próprio Secretário Casartelli, para que possamos tomar as decisões de um Grupo de Trabalho em benefício da qualidade de vida do povo de Porto Alegre e da qualidade de vida também dos trabalhadores, para que, em momentos de decisão política, nós tenhamos o titular da Pasta da Saúde.

Segundo, solicitação de agenda com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, porque o Vice-Prefeito é o responsável pelas relações institucionais entre Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Porto Alegre, para encaminhamento concreto das reivindicações; bem como convite ao Sr. Prefeito José Fortunati, para, além da sua participação na abertura do seminário “Saúde, um bem que se quer”, liderado pela COSMAM, que ocorrerá no dia 17, para, neste dia, após às 16h, nós possamos proporcionar uma agenda, a primeira agenda deste Grupo de Trabalho, a COSMAM com os seus representantes; a Frente Parlamentar, com os seus representantes; o Simpa, com os seus representantes; e a representação da Prefeitura. Neste momento eu me dirijo ao hoje Ver. Carlos Casartelli e que volta, amanhã, a ser Secretário, essa representação tem que contar... (Manifestações nas galerias.) Um momento, por favor, nós estamos falando de decisões, onde o Simpa estava, onde estávamos todos nós, para buscar as reivindicações dos trabalhadores. Então, Sr. Casartelli, nós esperamos que, na reunião do Grupo de Trabalho, V. Exa., como Secretário, esteja conosco, é um grupo da COSMAM, é um grupo da Frente Parlamentar, para que nós possamos buscar, cada vez mais, qualidade de vida para o povo de Porto Alegre e os direitos dos trabalhadores.

Acho que este é um momento importante de trazer não só questionamentos, mas o dever da Câmara Municipal, através da COSMAM e de uma Frente Parlamentar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, queria cumprimentar, muito especialmente, os trabalhadores que acompanham a Sessão na tarde de hoje; os trabalhadores do Instituto de Cardiologia que estão pagando a

irresponsabilidade do Governo Municipal e os trabalhadores que lutam para serem técnicos de enfermagem no município de Porto Alegre. Que é preciso, no Hospital Presidente Vargas – HPV –, no Hospital de Pronto Socorro, nas nossas estruturas de saúde em Porto Alegre.

Quero falar em nome do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, primeiro, responder ao agora Ver. Carlos Casartelli, que nós, do PSOL, ficamos muito contentes com a cassação do quem usou a máquina pública e trocou asfalto por voto para se eleger. Nós achamos que o clientelismo, que o uso do dinheiro público por aqueles que querem se locupletar, inclusive enganar a nossa população, tem que ser julgado, inclusive com mais celeridade, e em muitos outros casos não só em Porto Alegre, mas em todo Brasil. Mas nós sabemos que isso é fruto do levante de junho, e é fundamental que o povo siga mobilizado para que acabe o voto secreto no Congresso, para que quem usou a máquina pública seja cassado, para que corruptos e corruptores, como no caso da Procempa, sejam investigados, sejam punidos, e os R\$ 50 milhões roubados do povo de Porto Alegre sejam devolvidos. Como no caso da saúde - querido João Ezequiel - que teve R\$ 20 milhões saqueados nesta gestão, na gestão Fogaça/Fortunati, no caso Sollus, R\$ 20 milhões roubados do povo de Porto Alegre por uma quadrilha que assediava os trabalhadores, e nenhum centavo foi devolvido até agora para o povo da nossa Cidade. Mas nós ficamos muito felizes de podermos fazer um debate sobre a saúde hoje, aqui, porque nós esperamos ontem a presença do Secretário na reunião da COSMAM; nós esperamos ontem a presença do Secretário da reunião da CEDECONDH, apoiada pela CEDECONDH, sobre a situação de rua em Porto Alegre! E o meu espanto, quando nós saímos da reunião da CEDECONDH no Teatro Glênio Peres, e nós não somos de fazer crítica pelas costas - fazemos da tribuna, transparente, publicamente, fomos à reunião da COSMAM e não estava o Secretário Carlos Casartelli para responder sobre a crise que vive a saúde neste momento! Essa maneira de desrespeitar o Parlamento, desrespeitar as Comissões, desrespeitar os trabalhadores tem que ser repudiada por todos nós, porque é uma vergonha que não haja respostas concretas para o problema do plantão que está sendo imposto para o HPV e para o HPS! O aumento do plantão, a tirada da hora reduzida, a questão dos assédios morais em todos os hospitais! A questão do ponto eletrônico, porque, quando o trabalhador trabalha mais, a pedido do gestor, esses valores não são pagos aos trabalhadores que estão lá na ponta! Há falta de profissionais na área

da saúde! Há falta de técnicos de enfermagem! Há falta de médicos! Há falta de assistentes sociais! Há falta de psicólogos! Há falta de trabalhadores para garantir uma saúde de qualidade para a nossa população! E para garantir uma saúde de qualidade, é importante ter respeito com o trabalhador que está lá na ponta, na saúde, e não atacar o trabalhador! Vocês sabem que nós achamos que foi uma conquista o plano dos médicos, quando houve a questão das 20 horas, mas uma conquista que não foi repassada para todos os trabalhadores da saúde, que são tão valorosos quanto os assistentes sociais, os técnicos; ao contrário: tiraram as 30 horas, que eram uma conquista não só da categoria, mas uma conquista internacional de reconhecer o massacre por que passam os trabalhadores da saúde, lidando com as piores situações, que são as situações de vida ou morte, situações de risco. Aliás, ao contrário, esse Secretário, inclusive, tirou a insalubridade, na calada da noite, 40% de insalubridade! E ainda diz que não sabia, que não leu! Então, o Secretário assina portarias que não lê! E, ao mesmo tempo, tem gente... Peço Liderança de oposição, Presidente, porque nós temos uma oportunidade ímpar de fazer o debate político, hoje, aqui, e queremos fazer. A cidade de Porto Alegre merece que nós façamos este debate na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ainda hoje, há pessoas que cumprem a mesma função e recebem diferentes percentuais de insalubridade. Há trabalhadores dos mesmos setores que recebem 20% e outros recebem 40%. E existia um compromisso do Governo em aprovar, apresentar um projeto de lei que estendesse os 40% de insalubridade para todos os trabalhadores da saúde, porque é óbvio que estes estão expostos a um maior risco de saúde do que todas as outras profissões! É evidente, pois quando um paciente chega no Hospital de Pronto Socorro, não se sabe se ele tem tuberculose, se tem outra doença infectocontagiosa e, depois, os profissionais descobrem que tem. E, ao mesmo tempo, nessa mesma estrutura, há trabalhadores recebendo graus distintos de insalubridade.

Mas eu pedi Liderança de oposição para falar sobre mais um tema para o qual necessitamos de resposta. No dia 12 de março – e o Ver. Carlos Casartelli vai lembrar -,

nós fizemos uma audiência na Comissão de Saúde e Meio Ambiente para tratar da falta de vagas de Técnico em Enfermagem no município de Porto Alegre. No HPV faltam mais de cem profissionais; no HPS faltam mais de cem profissionais. Ao todo, João Ezequiel – nosso companheiro aguerrido de lutas – me disse que faltam cerca de 500 vagas de Técnico em Enfermagem para suprir a demanda de atendimento da nossa população de Porto Alegre. E, no dia 12 de março, nós fizemos esse debate na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e o Secretário, então, se comprometeu em mandar um projeto de lei para a Câmara criando 106 vagas de Técnico em Enfermagem para ser aprovado por esta Casa e para garantir o chamamento dos concursados no Concurso Público nº 470.

Não só não veio como nós queremos dizer que, naquele momento, falamos com o Secretário que eram poucas as vagas, que faltavam mais Técnicos de Enfermagem no Município de Porto Alegre. E ao mesmo tempo que a Secretaria dizia que não precisava de mais profissionais, fazia carta-contrato nos hospitais para burlar direitos trabalhistas, para sucatear os trabalhadores, para desrespeitar o concurso público e para não garantir a valorização do servidor público e, portanto, do serviço público.

E o fato é que sequer as 106 vagas foram encaminhadas a esta Câmara Municipal. Nós fizemos nova audiência na Comissão de Direitos Humanos no dia 9 de julho deste ano, quando o Secretário Adjunto Jorge Cuty se comprometeu em mandar, até o dia 19 de julho, a esta Câmara Municipal, um projeto de lei que criasse as 106 vagas de técnico em enfermagem. Nós estamos em 3 de setembro e o projeto não chegou até agora à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Na verdade, mais uma vez, a Prefeitura Municipal faltou com a palavra com a Câmara, com as Comissões, com os Vereadores, com os trabalhadores municipais, porque o projeto não está aqui, e os trabalhadores esperam ser chamados no concurso público.

Nós estamos dizendo que é fundamental que haja essa mobilização e essa pressão, e que a gente possa fazer um debate claro, tranquilo. Nós sentimos a sua falta ontem para discutir a situação de rua em Porto Alegre, porque a população nacional dos moradores de rua convocou um seminário para discutir as questões de assistência, de saúde, de acesso à moradia e ao trabalho; e sentimos a sua falta na Comissão de Saúde e Meio Ambiente para responder as demandas relativas aos trabalhadores da saúde do nosso Município, a questão do plantão e as questões trazidas pela Ver.^a Jussara Cony. Mas, ao mesmo tempo, nós temos, hoje, sentados, aqui, mais duas categorias que também não só

esperam respostas da Prefeitura como têm sido enganadas sistematicamente nas reuniões que são feitas entre o Governo e os trabalhadores. Foi assim com os trabalhadores do Instituto de Cardiologia.

Houve uma reunião, na qual eu não estava, e foi veiculado na imprensa que haveria um compromisso. Não só não veio o compromisso como também veio a demissão dos trabalhadores, que são aqueles que pagam pela irresponsabilidade dos Governos que tudo terceirizam e que tratam de botar a faca no pescoço dos trabalhadores a partir da terceirização e do assédio moral que todos sofreram com o Instituto Sollus, com a FAURGS. E, agora, apesar do compromisso, o Secretário e a Prefeitura não cumpriram a sua palavra.

Concluo dizendo a importância da mobilização, porque nós vimos um levante em junho, no nosso País, justamente porque o povo e a juventude estão cansados das falsas promessas, da demagogia, das mentiras, e estão tentando conquistar com as suas próprias mãos. É muito importante que o povo use a mobilização como método das grandes transformações, porque só a partir da luta organizada dos trabalhadores, do povo e da juventude é que vamos derrotar os mentirosos e aqueles que não respeitam as políticas públicas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, Bancada do meu Partido, senhoras e senhores, trabalhadores da saúde, quero, em primeiro lugar, dirigir-me especialmente à Bancada do PTB. Quero dizer que tenho um carinho enorme pelos Vereadores Alceu Brasinha, Paulo Brum, Elizandro Sabino – esse há menos tempo - pessoas com quem convivo há muitos anos, que aprendi, na qualidade de seres humanos que são, a respeitar. O mesmo respeito nutri até pouco tempo pelo Secretário Casartelli, sempre busquei com ele o tratamento que destino à maior parte das pessoas, pelo menos aquelas que sabem se fazer respeitar, de cordialidade, de fidalguia, de respeito, de bom trato, de educação, e o Secretário Casartelli sabe disso. Eu gostaria, num dia como hoje,

em que o Secretário assume, dizer: “Bem-vindo, Secretário”, porque aqui chega pela soberana vontade do povo, mas infelizmente não posso dizer, Secretário Casartelli.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: V. Exa. fez algo que não se pode fazer, não só na utilização da caneta do administrador público, e eu pergunto: Quantos equipamentos, por exemplo, de academia de praça podem ser feitos com R\$ 1 milhão?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quarenta? Quarenta praças poderíamos ter em Porto Alegre com essas academias. Quantos postos de saúde nós podemos reformar com R\$ 1 milhão? Quantos exames para pessoas necessitadas podem ser feitos com R\$ 1 milhão? Pois eu, há questão de três ou quatro meses, talvez um pouco mais, procurei o Secretário Casartelli, a pedido de uma médica conceituada da Cidade - perdoem-me declinar o nome dela, mas é preciso -, a Dra. Dora Ullmann, para que oferecesse às pessoas carentes e necessitadas da Cidade, atendidas, Sr. Presidente, pela rede pública de saúde, consultas e até cirurgias gratuitas na especialidade de dermatologia. Volto a dizer: fui oferecer consultas gratuitas na especialidade de dermatologia! Único custo e único ônus que a Municipalidade teria seriam as biópsias. Mas, tais biópsias não são feitas nem pelo Instituto, nem pela pessoa que eu estava acompanhando, a qual estava munida de espírito público, assim como eu, quando lá fui! Os exames seriam feitos na rede municipal, nos laboratórios credenciados! Pois, agora, é veiculado na mídia que a Secretaria da Saúde, com os parques e escassos recursos das pessoas que morrem sem ambulância na rua, dos postos de saúde que não conseguem atender, destinou R\$ 700 mil e depois mais R\$ 200 mil e tantos para divulgação de um livro – é verdade – sobre uma chaga que nos aflige, como é o caso do *crack*. Mas, R\$ 1 milhão para esses livretos, Secretário Casartelli?! O senhor não precisa rir e nem me olhar porque é de chorar! E eu, contrariando um parecer da PGM, disse que havia lido o parecer da PGM e aquilo me causava estranheza, de certa forma até me chocava, porque já fui gestor, e, com muito menos que isso, fizemos, por exemplo, um programa de sanidade animal em Porto Alegre

pág. 14

e imunizamos todo o rebanho da Cidade, com muito, muito, muito menos que isso! E disse que gostaria de ouvir as explicações acerca disso - gostaria de ouvir, eu não estava acusando -, na quinta-feira, quando o Secretário aqui viesse, porque é nosso dever, como Vereador. Esperando que o Secretário tivesse a sapiência, a prudência de vir aqui e esclarecer as questões, não é que sou surpreendido com a acusação de que eu havia levado amigos até a Secretaria para defender interesses privados, interesses escusos, e que fazia um crime, porque a advocacia administrativa é um crime! O Secretário Casartelli, com essa postura que é pública, Ver. Elizandro Sabino, ofendeu um Vereador, ofendeu o Presidente do Partido da base aliada, ofendeu um homem público que busca conduzir a sua vida com retidão, e mostrou destempero e despreparo incompatíveis com o exercício da atividade pública, especialmente de uma área tão delicada como é a saúde.

Eu espero, senhoras e senhores, e disse ontem, uma retratação, porque a acusação foi muito grave, ou, então, espero que prove a acusação, porque a acusação é de um crime que se chama advocacia administrativa - defender interesses privados junto ao erário, junto ao Poder Público! E jamais, nos mais de dez anos de vida pública que tenho - jamais, repito, nos mais dez anos de vida pública que tenho -, Ver. Emerson, jamais tive uma conduta que pudesse eu mesmo, no dia em que tiver que prestar contas à minha consciência, acusar-me a mim mesmo de ter feito qualquer coisa que não deveria ter feito. Por isso disse, meus Vereadores do PMDB, e repito, e ontem aprovamos por unanimidade, tão grave foi, Sr. Presidente, a forma e a resposta - volto a dizer - incompatíveis com a atividade pública, especialmente com a condução de uma Secretaria tão importante e tão delicada. Ontem, aprovamos, por unanimidade, a presença do Secretário, para que justifique, perante a Comissão que eu tenho a honra de presidir, que é a Comissão de Economia e Finanças, o gasto, a despesa - volto a dizer - de R\$ 1 milhão de reais com um livreto! Ver. Cláudio Janta, um livreto! E, se por um lado é importante a informação, por outro lado, nós sabemos que, infelizmente, às vezes, as pessoas olham, folheiam e aquilo vai para o escaninho das coisas esquecidas. Eu tenho certeza de que esse R\$ 1 milhão faz muito mais falta em muitas outras áreas que são necessárias: das pessoas que padecem nas macas; das pessoas que morrem em pé esperando por uma consulta; daqueles que não recebem as biópsias; daqueles que não

têm consulta com especialidade, que foi o que lá eu fui oferecer - especialidade gratuita! -; das pessoas que morrem de carcinoma e de tantas outras enfermidades...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Tempo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Então é isso, Sr. Presidente. Eu quero dizer, por último, que gostaria de dizer bem-vindo, mas não posso. E mais - e repito o que disse ontem: enquanto eu não ouvir, eu não receber, eu não escutar uma retratação, Sr. Presidente, dessa acusação que é um crime - a acusação é um crime...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Tempo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu concluo. Enquanto eu não ouvir, eu não me sinto mais em condições - se o Secretário retornar à condição da Secretaria, não me sinto mais, meus queridos colegas e Vereadores, aos quais sempre fui leal, e sempre estive na linha de frente na defesa dos nossos Governos, do passado e deste -, Sr. Presidente, de apoiar as políticas que são encaminhadas nesta Câmara, por este Governo, da forma como está sendo representada: por pessoas com esse tipo de atitudes no secretariado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente, gostaria de perguntar a V. Exa. quanto ao Requerimento, de minha autoria, encaminhado à Mesa Diretora desta Casa, quanto ao convite feito ao Secretário de Saúde para aqui comparecer no dia de amanhã. Pergunto se o Secretário, hoje Vereador, continuará exercendo o cargo de Vereador ou se voltará para a Secretaria, e se está confirmado a vinda do Secretário, amanhã, para dar explicações, justamente, do livro que o Ver. Valter falou da tribuna. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Vereador.

O SR. CARLOS CASARTELLI (Requerimento): Sr. Presidente, eu solicito Tempo Especial por ter sido atingido em minha honorabilidade pelo Vereador que falou anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vamos analisar seu Requerimento.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Dr. Thiago; colegas Vereadores, Vereadoras; prezados visitantes. É importante que este debate esteja acontecendo e que possa ser feito desta tribuna entre todas as partes, porque é o contraditório que afirma a política e a democracia. Eu venho aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para contribuir com este debate. O problema da atual gestão é bem maior do que a saúde, é também da saúde. O Prefeito veio a público, há poucos dias, e anunciou que a Prefeitura está quebrada, que o caixa está no vermelho, e, no mínimo, há três grandes tripés responsáveis por essa situação. O primeiro deles é uma questão da falta de gestão pública ou da má gestão. O segundo é a questão do excesso de CCs. No dia 1º de janeiro de 2005, o Prefeito Fogaça e a atual gestão quando receberam a Prefeitura, lá havia 425 CCs; hoje ela tem 975 CCs. E o terceiro problema é a questão do desvio das verbas públicas que vêm acontecendo de uma forma generalizada na Prefeitura. E aí nós podemos dizer aqui – aproveito, sim, a presença do Secretário Casartelli – que, da Secretaria da Saúde, através do Instituto Sollus, foram desviados R\$ 10 milhões, e até hoje nós não temos resposta objetiva sobre este tema. Lá no DEP, em função do Conduto Álvaro Chaves, aumentaram em R\$ 17 milhões aquela obra, e até hoje não foi dada resposta para a Cidade. Na Procempa, agora se anunciam mais de R\$ 50 milhões em desvios.

Podemos ficar calados? Claro que não! Não podemos e não devemos. E aqui a questão específica da saúde - e nesse sentido cumprimento o novo Ver. Casartelli, que vem aqui para fazer o debate, e é aqui que temos que fazer o debate -, que está devendo para esta Casa, uma vez que o Prefeito Fogaça anunciou que deixaria, em 2008, 255 equipes da Saúde da Família. Onde está esta política que atende a população? Não existe. Quando foi feita aquela contratação emergencial, há um ano, com o Instituto de Cardiologia, nós

dissemos aqui: “Isso não vai resolver, isso é uma medida paliativa, e os funcionários voltarão a esta Câmara para reivindicar a continuidade, porque vai gerar um conflito”. E aí está. Então, a questão da gestão é fundamental na saúde. Nós defendemos que seja feita a contratação imediata dos concursados, que seja aberto um novo concurso para que a promessa de campanha seja cumprida, que os convênios com os hospitais sejam restabelecidos, que as três UPAs para quais há dinheiro sejam implementadas; que o serviço de inteligência, ou seja, de informatização da saúde, aconteça. Então, há um conjunto de temas que não foram resolvidos até então. E esse debate tem que ser feito por todos nós. Nós não podemos aceitar que recursos públicos sejam desviados de qualquer Pasta, muito menos da saúde.

Nesse sentido, eu quero convidar o novo Vereador para assinar o Requerimento de pedido de CPI na saúde que já foi apresentado nesta Casa para podermos continuar debatendo este tema e fazer com que esses desmandos possam... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A análise do Requerimento está sendo feita. Retornando as notas taquigráficas, nós vamos dar o nosso parecer.

Solicito ao Ver. Mario Manfro que assuma a presidência para este Vereador se manifestar em Tempo de Presidente.

(O Ver. Mario Manfro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. DR. THIAGO: Ilustres Vereadores e Vereadoras, eu utilizo o Tempo de Presidente, até porque fui provocado por algumas Bancadas. Dirijo-me ao Ver. Casartelli para dizer que as notas taquigráficas estão sendo solicitadas para se analisar a fala do Ver. Valter, mas adianto que amanhã V. Exa. terá todo o tempo para prestar aqui as explicações necessárias. (Palmas.) Eu acho que todas essas questões que estamos trazendo aqui podem ser esclarecidas por V. Exa. no tempo regimental que terá amanhã!

Eu quero trazer um fato que acabou gerando, inclusive, a solicitação e a marcação do comparecimento do agora Vereador; amanhã, Secretário; ontem, Secretário - eu entendo o Ver. Mauro, causa até uma certa confusão, se não fosse provocação, causaria uma confusão em nós. Em função não só da questão do livro, mas a condição que trazem aqui muitos dos servidores do Instituto de Cardiologia. Mais de 300 famílias vão ficar sem os seus mantenedores, porque essas pessoas vão ficar fora do seu trabalho. São pessoas que trabalham há mais de 10 anos nos PSFs de Porto Alegre; são pessoas que construíram a história dos PSFs de Porto Alegre, essas pessoas estão sendo mandadas para rua injustamente, e direi por que injustamente! Em uma reunião, no dia 26 de junho de 2013 - vou ler a notícia que está no *site* da Prefeitura -, diante do impasse, o Vice-Prefeito chamou para a reunião o Secretário Municipal de Saúde, Carlos Casartelli, para anunciar que o Município havia recuado das demissões e que renovou, por mais um ano, os contratos dos servidores. No total são mais de 400 funcionários que atuam em postos e centros de saúde administrados pelo Instituto de Cardiologia. Eles são o DNA do PSF em Porto Alegre, são o DNA do Programa de Saúde da Família em Porto Alegre. Essas pessoas com que o Secretário assumiu o compromisso de manter o PSF, por um ano, estão, intempestivamente, irresponsavelmente, sendo demitidas. É uma demissão em massa, sim! (Palmas.) E, se tudo isso fosse legal, Ver. Cláudio Janta, mesmo sendo imoral, mesmo sendo desumano, nós até poderíamos concordar; mas não é legal. Eu quero ler a Lei que institui o IMESF, discutido, sofrendo uma ADIn, abalado, mas a Lei que o instituiu nesta Casa, e ela fala o seguinte em seu art. 32, inc. III, que foi, inclusive, uma emenda minha e do Ver. Oliboni, hoje Deputado Oliboni. (Lê.): “Em até 12 (doze) meses, contados da data de publicação desta Lei, realizarão concurso público para a admissão dos demais profissionais, previsto no quadro de empregos do IMESF, constante no anexo II desta Lei, sendo que, na primeira edição, a prova escrita terá somente caráter eliminatório, e quem atingir 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova escrita passará para a próxima etapa, que terá o tempo de serviço no exercício no Programa de Saúde da Família como medida classificatória para o ingresso.” O que ocorre? O Edital do Concurso do IMESF está em desacordo com a lei. Mais uma vez esta Casa não é respeitada.

Eu peço que V. Exa., que toma posse hoje, como titular, respeite este Parlamento, respeite, vindo amanhã, respeite, cumprindo a lei, respeite, respeitando o seu Presidente.

O Instituto de Cardiologia, para alguns terem ideia dos parâmetros de atendimento avaliados, só em 2010, teve 349.800 consultas. No ano de 2011, 350 mil consultas, em um total de 955 mil consultas, só falando em consultas médicas; atendimentos de enfermagem, 145 mil em 2010; 160 mil em 2011, e um total de 455 mil. Então, sem dúvida nenhuma, isso é fundamental ao seguimento do PSF em Porto Alegre.

O Tempo de Presidente é irrestrito, eu esclareço os Vereadores isso.

E eu quero dizer, alto e bom tom, que o Secretário – amanhã Secretário, ontem Secretário, hoje Vereador – tenta desqualificar este Vereador nas suas críticas técnicas à Secretaria da Saúde, dizendo que ele quer assumir o cargo de Secretário. Eu quero dizer aqui que não quero! Não serei! Então, respeite esta Casa, respeite as posições dos Vereadores, atente ao que está acontecendo nesta Sessão Plenária, porque, sem dúvida nenhuma, isso, sim, faz parte da democracia: respeitar a Casa do Povo, estando presente aqui; respeitar a Casa do Povo, respeitando os Vereadores; respeitar a Casa do Povo, respeitando o seu Presidente; respeitar a Casa do Povo, respeitando a população de Porto Alegre! O que não está acontecendo na Secretaria Municipal de Saúde!

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, isso que está acontecendo aqui é uma verdadeira vergonha, é um massacre que estão fazendo em cima do Secretário! Não vamos admitir isso, Sr. Presidente! Sr. Presidente, eu quero a palavra. Sr. Presidente...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Me garante a palavra, Sr. Presidente!?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): É Questão de Ordem?

O SR. ALCEU BRASINHA: Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Então, o senhor fale a Questão de Ordem.

O SR. ALCEU BRASINHA: O senhor pode pedir para eles...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não, qual é a Questão de Ordem?

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, o mínimo que o senhor poderia ter feito era dar o direito ao Secretário Casartelli de se defender. Até agora foi pedido e o senhor não aderiu. Então, faça o favor de dar o tempo e o horário para ele.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Nós o faremos dentro do Regimento desta Casa.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Sr. Presidente, dado o tom das manifestações, eu vou fazer mais uma vez o Requerimento – sei que está sendo encaminhado –, no sentido que a Mesa olhe com carinho, porque o Ver. Casartelli tem direito de se manifestar em tempo regimental.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vamos encaminhar isso para a Procuradoria. Mais algum Vereador deseja... E V. Exa., Ver. Ferronato, pode conceder o tempo de Liderança de Governo, V. Exa. é o Líder!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Eu quero lhe dizer que é bom o respeito mútuo. Estou respeitando bastante Vossa Excelência. Eu sei que posso! Eu sei!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu estou...

O SR. AIRTO FERRONATO: E eu já disse ao Casartelli, Vereador, que se não fosse dado – e disse ao Ver. Paulinho, meu Vice-Líder – o tempo pela Mesa, nós daríamos tempo de Liderança. Agradeço a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A solicitação. Mais alguma Bancada deseja se manifestar? (Pausa.) Delegado Cleiton, é uma Questão de Ordem?

O SR. DELEGADO CLEITON: É uma Questão de Ordem, sim! É uma Questão de Ordem! Sr. Presidente, por questões pessoais, nós estamos tratando é com o histórico de mais um membro aqui da Casa. Então, por questões democráticas, eu gostaria que a Mesa atribuísse o retorno do Vereador para responder às contestações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereador, com todo carinho, o Presidente vai cumprir o Regimento, meu comandante!

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, eu gostaria que V. Exa. informasse a esta Casa se a Prefeitura respondeu, formalmente, ao ofício que nós encaminhamos, na semana passada – um conjunto de Vereadores assinou –, fazendo uma sugestão ao Governo sobre o tema dos funcionários vinculados ao Cardiologia e ao IMESF, onde pedíamos a prorrogação por dois anos e sugerimos que a nomeação dos concursados do IMESF fosse, sim, executada, mas para as novas equipes de saúde da família. Eu gostaria de saber se a Prefeitura se manifestou sobre a sugestão unânime desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Vereadora. Eu lhe informarei ao longo da Sessão. Mais alguma Liderança? (Pausa.)

Solicito que as Lideranças se aproximem da Mesa antes de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) Obrigado a todas as Lideranças.

Deixem-me explicar o que aconteceu. Estamos analisando as notas taquigráficas, vamos encaminhá-las à Procuradoria para ver isso. Houve uma solicitação de todas as

Lideranças, um consenso de todas as Lideranças, e este Presidente é Presidente de toda a Casa, dos 36 Vereadores e de todas as Lideranças. Houve uma solicitação de todas as Lideranças no sentido de que se desse tempo para o Vereador falar. Em função disso, desse consenso, inclusive com as bancadas de oposição, nós vamos dar o tempo regimental de 5 minutos.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, queremos encaminhar à V. Ex.^a um Pedido de Informações. (Lê.): “Diligenciando a necessidade de informações para subsidiar as ações da Bancada do PT, na Câmara Municipal de Vereadores, no ano de 2013, solicita à Prefeitura Municipal de Porto Alegre informações acerca de: a) Número atualizado de quantas equipes atuam nos PSF - Programa Saúde da Família No Município; b) Quais os locais das equipes de saúde familiar - ESF no Município; c) Cobertura dos ESF nas suas localidades; d) Nome dos coordenadores e dos demais membros integrantes das equipes dos PFS; e) Número de pacientes atendidos por cada equipe; f) Faixa etária, sexo e classe social dos pacientes atendidos e dos pacientes que não aderem à tratamento; g) Avaliação, se houver, da eficácia das ações realizadas”.

Fazemos questão de apresentar aqui, antes que entre na Ordem do Dia, para que amanhã, com a vinda do Secretário, isso já possa ser trazido para nós fazermos o debate. Então, queremos, em nome da democracia, entregá-lo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado. Eu solicito também que protocole no setor de Protocolo.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, decisão tomada por um acordo desta Casa: eu gostaria muito, em nome da Bancada do PCdoB, que, no momento em que o Ver. Casartelli se pronunciasse na tribuna – acho que foi uma decisão correta, democrática, esta Casa é isso mesmo –, ele nos confirmasse a sua vinda amanhã aqui nesta Casa. Obrigada.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o encaminhamento de Pedido de Informações dirigido ao Prefeito Municipal a respeito de vários assuntos relativos à Secretaria da Saúde. Quero naturalmente dizer a V. Exa. que tudo isso tem um

rito. Ninguém há de pretender que as respostas estejam amanhã aqui à disposição, Sr. Presidente. Há que ser protocolado; o protocolo deve ser encaminhado, porque tem prazo para responder! Amanhã não vai ter essas respostas. É midiático isso que vão fazer! É para ganhar o aplauso e assegurar a vaia para mim! Acolho a vaia, mas faço a denúncia!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MAURO PINHEIRO: O Ver. Pujol diz que não pode vir aqui responder, mas o meu Requerimento já foi aprovado pela Mesa há duas semanas. Portanto, quero que seja respondido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Encaminhei uma manifestação! Se não houvesse o encaminhamento, eu não teria me manifestado!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereador, mas eu já falei!

O SR. REGINALDO PUJOL: Mas V. Exa. não vai proteger os demais contra mim!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não, não vou proteger.

O SR. REGINALDO PUJOL: Eu vou protestar!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Muito obrigado.

O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, eu gostaria que me fosse concedido exatamente o mesmo tempo que foi concedido ao Ver. Valter, uma vez que eu estava

acompanhando o relógio, e o relógio ficou parado por, no mínimo, cinco minutos. Então, eu gostaria que me fosse dado o mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não, eu li o artigo, e é nesse artigo que se enquadra. Vocês não vão querer conduzir os trabalhos também!

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, eu não quero conduzir nenhum trabalho, acho que ninguém aqui da Bancada o deseja, nós queremos apenas o mesmo respeito e o mesmo tempo que teve o Vereador que me antecedeu. Primeiro, queria agradecer a todas Lideranças de Bancada que tiveram a responsabilidade de me dar esse tempo aqui, inclusive ao Ver. Pedro Ruas, porque isso mostra que nós podemos pensar de forma diferente. Mas, antes de tudo, é necessário que se faça justiça e que não se utilize esta Bancada para questões de casuísmos. Eu gostaria de responder ao Ver. Valter. Na verdade, eu aprendi uma coisa desde pequeno que, quando a gente exige respeito, nós devemos ter respeito. Então, o Vereador. Presidente, por favor, eu preciso que o tempo pare. Vereador Presidente, eu preciso que o tempo pare, Vereador. Eu quero que me seja assegurado o direito de palavra e de resposta. Então, eu gostaria de dizer que aprendi quando pequeno que, quando nós queremos ser respeitados, nós devemos respeitar. Então, eu gostaria de dizer ao Ver. Valter que antes de tuitar...O Ver. Valter não fez questionamentos; ele fez acusações, acusações. Eu respondi suas acusações. Ele não foi o único que fez; na verdade, outras pessoas fizeram, baseado num único Parecer da PGM. Não leram o Parecer mais importante, que era o definitivo, com relação àquilo, aqui, chamado de livretos, mas que foi utilizado por 50 mil alunos da rede pública. O custo total do projeto representou menos de R\$ 20,00 por aluno. E que foi, Ver. Mauro Pinheiro, utilizado também em Canoas, pelo Prefeito de Canoas, Dr. Jairo Jorge. Então, quero dizer que o mesmo projeto foi utilizado lá, com o mesmo livro, pela mesma Cufa, que nós também fizemos nosso trabalho aqui em Porto Alegre. Mas eu quero dizer ao Vereador que o que eu coloquei Twitter não tem nada ofensivo. O Vereador esteve no meu gabinete, sim, com pessoas que eu imagino que, se ele levou-as lá, são conhecidas dele, são amigos dele. Eu não estou dizendo, em nenhum momento eu disse que ele tinha pedido algo que era indecoroso, indecente, que era uma proteção a ninguém; eu apenas disse que, ao invés de fazer a acusação que ele tinha feito no *twitter*, ele poderia ter me

procurado e pedido uma reunião na Secretaria da Saúde, que eu daria com o máximo prazer e mostraria o processo onde o Procurador que deu o parecer definitivo justifica plenamente, porque os livros poderiam ser adquiridos através da editora, e não de livrarias, que esclarecia que a procuradora que deu o parecer inicial confundia livrarias com editoras, e, como nós vivemos numa economia de mercado, eu não posso supor que uma livraria venda a preço mais barato do que uma editora. O que diz no Parecer 85 do Tribunal de Contas da União é exatamente isto: que livros podem ser adquiridos da editora desde que comprovado que nas livrarias eles estão a um preço mais caro. E isso está tudo dentro do processo. Nós fizemos um grande trabalho de prevenção à drogadição, de prevenção ao tráfico de drogas que custou menos de R\$ 20 por aluno, quando uma internação para tratar de um dependente químico custa no mínimo R\$ 300 por dia. Nós gastamos em Caps, em assistência à drogadição nesta Cidade algo próximo a R\$ 1 milhão por mês. Nós gastamos R\$ 1 milhão durante um ano de trabalho nas 50 escolas municipais com 50 mil alunos.

Agora, com relação à explicação que tem que ser dada, Vereador, não é essa, é por que alguém é acusado e não pode se defender. E eu não fiz nenhuma acusação; eu apenas disse que o mesmo direito de reunião com o Secretário poderia ter sido utilizado para solicitar os esclarecimentos, assim como eu gostaria que fosse dado ao Ver. Valter o direito de esclarecer o terreno da Melcon que ele ofereceu por troca um terreno que valia 20 vezes mais do que o terreno que pertencia à Melcon. Isso precisa ser explicado pelo Ver. Valter e que, graças a esta Casa, esse processo acabou não sendo concluído. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Informo sobre o Parecer da Procuradoria: “Registro a existência de relatório de lavra do estagiário de Direito, Lucas Faleiro de Oliveira...” Eu vou deixar consignadas as páginas 53 e 54 que o Ver. Valter me passou.

(15h55min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento nº 148/13, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores, público que nos dá a honra de comparecer à Sessão no dia de hoje, a Moção que o PSOL encaminha – falo em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna –, na verdade, tem um caráter republicano e óbvio. Republicano porque as normas de uma República – e as nossas estão expressas na Constituição Federal – estabelecem que os concursados aprovados devem assumir os cargos para os quais disputaram; e óbvio, meu caro João Ezequiel, liderança na área municipal e na saúde, porque Porto Alegre tem a necessidade de que esses técnicos aprovados assumam. Há uma questão pessoal, cidadã, de sobrevivência, inclusive, mas eu estou colocando aqui o lado da Cidade, para que não se argumente apenas – e seria justo e muito correto, Ver.^a Fernanda Melchionna – em nome de homens e mulheres que fizeram o concurso acreditando na palavra pública de que seriam, se aprovados, nomeados. Pois foram aprovados e não foram nomeados! Eu poderia falar em nome deles aqui, com toda a legitimidade; mas falo, João Ezequiel e Ver.^a Fernanda Melchionna, em nome da Cidade, que, pela quinta vez, me confere mandato aqui: Porto Alegre precisa, sim, da nomeação desses técnicos em enfermagem. Necessita muito! Nós vivemos um caos na saúde - que é verdade, é nacional, é estadual, mas, aqui, temos que tratar de Porto Alegre. Está ao nosso alcance fazer a pressão, a exigência de que sejam imediatamente nomeados, porque as condições, em 2011, eles conquistaram: mostraram que tinham competência, mostraram que tinham conhecimento; e nós sabemos a necessidade. Aliás, eu nunca vi, Ver.^a Fernanda Melchionna - e tenho 57 anos, mais de 30 de vida pública -, abrir concurso sem haver necessidade. Eu nunca vi! Se abriram concurso, havia a necessidade. E eu reitero que mais do que em 2011, em 2013 esta necessidade triplicou, porque os casos da população não atendida aumentaram, as condições climáticas pioraram, aumentaram as necessidades nas emergências, aumentaram as necessidades na saúde. E temos diminuição de Quadro, demissão no Instituto de Cardiologia e a não nomeação, a ausência de nomeação dos técnicos que estão aqui? A nossa Moção, minha e da Ver.^a Fernanda Melchionna, que sei que será aprovada nesta Casa no dia de hoje, é para mostrar ao Executivo Municipal, para mostrar

a S. Exa., o Prefeito, que não se brinca com essas questões, e quando abriram concurso não posso imaginar que fosse para inglês ver, que fosse um concurso de faz-de-conta. Eu acho que não foi isso, mas se foi, agora vão pagar o preço, porque nós não vamos aceitar que as pessoas que se esforçaram, que acreditaram, que deixaram outros empregos, que dedicaram horas de estudos e foram aprovadas não sejam agora nomeadas. E não é para fazer parquinho de diversão, é para tratar da saúde de Porto Alegre, da saúde carente, necessitada, esquecida em Porto Alegre. Aqui já nos basta a vergonha de não ter tido a CPI da Saúde para investigar o dinheiro roubado pela Sollus e pela Reação. Nós não vamos continuar com tantos aprovados, com uma necessidade brutal da Cidade, sem nomeação. Pela aprovação da Moção!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Presidente, apesar de eu ter um compromisso no mesmo horário no Ministério Público, estou pedindo para minha assessoria desmarcá-lo para estar aqui. Embora eu tivesse emitido, através do Vice-Prefeito Sebastião Melo e por mim próprio, uma solicitação para que eu viesse a esta Casa na semana que vem. Mas estou pedindo que minha assessoria desmarque a reunião que tenho no Ministério Público amanhã para que eu possa estar aqui, sim, debatendo aquilo que esta Casa deseja.

O que eu queria era fazer a minha manifestação, Ver.^a Fernanda, Ver. Pedro Ruas, de que este Vereador dá o completo apoio e sua solidariedade para que sejam nomeados os servidores conforme combinamos nesta Casa, na COSMAM, presidida pelo Ver. Paulo Brum. Tem todo o nosso apoio. O processo, inclusive, saiu da Secretaria Municipal de Saúde, ele não está mais na Secretaria Municipal de Saúde. Já tem uma decisão de Governo de enviar o projeto para a Casa, agora os trâmites legais não dependem mais da Secretaria Municipal de Saúde. O processo já saiu da Secretaria Municipal de Saúde, e nós já temos uma autorização prévia para nomear pelo menos em torno de 90 servidores, entre eles 50 técnicos de enfermagem, ainda no ano de 2013, e os outros 106 cargos serão nomeados no início de 2014. Então eu quero manifestar a minha solidariedade e acho que tem que ser aprovado, sim, o que a senhora está sugerindo aqui, de que venha

para a Casa o projeto de conversão dos cargos de auxiliares para técnicos de enfermagem, para que nós, da saúde, possamos fazer as nomeações, com as quais eu concordo plenamente, que são extremamente necessárias para que a Secretaria de Saúde possa fazer o trabalho que a Cidade necessita, que as unidades de saúde necessitam, que os nossos hospitais necessitam. Eu queria, então, prestar o meu apoio à sua Moção de Solidariedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, se eu entendi direito, acabamos de escutar que serão, sim, nomeados os técnicos de enfermagem que fizeram concurso em 2011. Confirma, Secretário? (Pausa.) Eu quero dizer que nós temos, de fato, uma situação bastante conturbada na saúde de Porto Alegre, e não é uma situação que é privilégio de uma área, porque, na verdade, quando nós estamos aqui tensionando para nomeação de concursados, quando nós afirmamos que os funcionários da saúde, vinculados ao Instituto de Cardiologia, são necessários, é porque não é necessário demiti-los para poder nomear os concursados do IMESF porque a demanda da saúde na cidade de Porto Alegre é muito grande. Porque a Cidade, lamentavelmente, é ainda, Secretário e população, a triste campeã na contaminação pelo vírus HIV. Nós não conseguimos ter uma capacidade de gestão e de trabalho que tirasse Porto Alegre desse triste local, índice que todas as capitais já conseguiram reduzir devido a um trabalho sistêmico, continuado, por um investimento em servidores e um investimento na atenção básica em saúde. Infelizmente, nós tivemos muitas mortes por tuberculose, que nós sabemos que depende da adesão ao tratamento continuado e depende, portanto, da equipe de saúde da família, da atenção básica atuante, de uma gestão séria, de uma gestão consistente e que acompanhe esses indicadores. Poderia falar das mortes por Gripe A, poderia falar da situação grave das emergências nos hospitais, que é resultado da atenção básica em saúde não funcionar, e acho que as escolhas da gestão foram responsáveis pelo que nós vivemos em Porto Alegre. A famigerada Sollus – uma escolha do Governo Fogaça/Fortunati, sim, porque ele já

pág. 29

participativa da gestão que penalizou muitos que estão aqui hoje dizendo que construíram e que sustentaram o PSF. A criação do IMESF é contra tudo e contra todos, porque todas as entidades de saúde de Porto Alegre, representantes dos funcionários, dos médicos, dos técnicos em nutrição, do Sindisaúde, das enfermeiras, etc., eram contrárias. E hoje o IMESF é questionado na Justiça, o IMESF não se consolida. E mais, porque eu me lembro da argumentação na época: “É necessário, porque, com o IMESF, nós vamos ter garantia de ter o médico.” Mas está aí a Prefeitura de Porto Alegre aderindo ao Mais Médicos porque o IMESF não resolveu o problema do médico. Não resolveu! E mais do que isso o IMESF colocou as equipes de saúde da família, as comunidades, porque não são só os servidores que estão aqui, as comunidades querem a preservação e a manutenção dos profissionais que elas confiam e que trabalham sério lá. Então, me parece que é contraditório chamar os concursados e manter... A Cardiologia não é contraditório. E eu quero dizer aqui aos técnicos de enfermagem, que são o objeto dessa Moção que o PSOL traz, que eles só não estão sendo nomeados pelos desgovernos, pelas opções de governo deste Governo, pelo absurdo investimento em cargos comissionados. Quando a Administração Popular saiu do Governo eram 425, hoje são 975 CCs. Novecentos e setenta e cinco! Há uma criação de muitas que gastam com custeio, que são formadas por CCs, que fragmentaram o serviço na cidade de Porto Alegre, e que retiram a capacidade de nomear servidor público, como os técnicos que aqui estão. Portanto, opções desastrosas de gestão que, hoje, fazem a Prefeitura ter que cortar R\$ 300 milhões, e cortar de serviços básicos. Somos contra essa gestão, denunciemos a gestão desse Governo Municipal e apoiamos a nomeação de concursados, que são quem pode dar, sim, a qualidade de saúde que merecem os nossos munícipes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e os que ainda nos brindam aqui com a sua presença nesta tarde, eu acho, Ver.^a Fernanda e Ver. Pedro Ruas, que essa Moção vai além da solidariedade, porque ela deverá, no meu

entender e da Bancada do PCdoB, Ver. João Derly e eu, ser aprovada por unanimidade. Por quê? Porque nela está contida uma exigência do povo de Porto Alegre. Nela está contida uma exigência dos trabalhadores em saúde. Nela está contida uma questão legal, e mais do que legal, moral. Se abriu o concurso, se os trabalhadores foram aprovados, se nós precisamos de trabalhadores na área de saúde, inclusive, para não sobrecarregar os poucos que ainda resistem à sobrecarga de trabalho, os poucos que ainda resistem à falta de pessoal na saúde, além de problema de assédio moral, denunciado ontem pelo Simpa na reunião que já relatei aqui. E, mais do que isso, é preciso que esses trabalhadores sejam nomeados, porque é impossível nós termos saúde em Porto Alegre sem o aporte de mais esta categoria importante, sob o ponto de vista de uma equipe multidisciplinar. Essa pauta eu creio que já foi três vezes para a COSMAM; se não me engano, já discutimos três vezes na Comissão, e nunca há uma resposta concreta. Eu acho que nós temos que dizer porque não há essa resposta concreta. Para mim, isso é uma questão de gestão, há falta de transversalidade dentro do Governo, os trâmites são morosos, não se agiliza. A Administração chama concurso, a saúde faz, tem que ir para uma série... É isto que temos dito: “A Administração que não mandou”, “a saúde que demorou”. Isso não é justificativa, é problema de gestão pública! Nós temos que decidir se é burocracia ou se é gestão pública com qualidade. Saúde é prioridade! Na campanha eleitoral, todos os candidatos, inclusive o Prefeito que foi eleito pela maioria da população, diziam: “A saúde em primeiro lugar”, “A saúde é prioridade”. O povo brasileiro está dizendo isso. Nós temos que implantar o SUS, e SUS, sem trabalhador qualificado, sem equipe multidisciplinar, sem concursados chamados... Isso é um dever do gestor público, então não chame concurso e aplique um projeto neoliberal de desestabilizar todo setor público da nossa Cidade, do nosso País.

Ao lado disso, o que a gente vê? Não dá para não falar aqui. Esta Moção também traz em si a questão dos concursados, a questão do IMESF, a questão do Instituto de Cardiologia. Como ter saúde numa população se essa insegurança está presente nos trabalhadores da saúde, que são os que garantem a saúde da população; muitas vezes, independente de gestões? São os que estão lá na frente, que fazem horas extras, porque não podem deixar o paciente, porque, na hora de trocar o plantão, por exemplo, nos hospitais, uns chegam meia hora mais cedo, outros saem meia hora depois, porque têm responsabilidade. A categoria que aqui está em jogo é a categoria que aqui está em jogo

é a de enfermagem. Nós sabemos a importância de todas as categorias. Para nós, saúde se faz com as 14 profissões da área da saúde, e não apenas com hegemonias, porque com hegemonias não se faz saúde.

Essa Moção, para nós, diz um basta, além de ser de solidariedade ela dá um basta à morosidade, a uma gestão pública que tem que se integrar entre si, pois tem que haver integração entre as várias Secretarias. Na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, eu tenho que relatar, sempre que vem esse tema é porque uma ou outra Secretaria ainda não mandou o projeto para chamar os concursados. Isso não é saúde; é doença. Isso não é gestão; é repassar responsabilidade dentro da irresponsabilidade de não ter uma gestão fora da burocracia, e dinâmica para garantir o direito dos trabalhadores à saúde, à qualidade para o povo de Porto Alegre. Esqueci de dizer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mario Manfro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

O SR. MARIO MANFRO: Sr. Presidente, caros colegas, público que nos assiste, eu vou usar, certamente, bem menos do que os cinco minutos. Primeiro, Ver.^a Fernanda, quero dizer que apoio integralmente a sua Moção de Solidariedade. Acho que os concursados têm, sim, que assumir, e o quanto antes melhor será para a saúde de Porto Alegre.

Só não consigo entender a manifestação da Ver.^a Sofia, quando o Secretário Casartelli se colocou favorável à Moção, ela fez a ilação de que então estava decidido. Não. Eu acho que é uma falácia; tem que se deixar bem claro que nem tudo depende do Secretário; existem outras Secretarias envolvidas. Eu não estou aqui para defender o Secretário que foi triturado, diga-se de passagem. Eu sou dentista e vocês sabem como precisam de dentistas nos postos de saúde. Nós, junto com o Secretário Casartelli, dentro da Secretaria de Saúde, conseguimos construir um projeto que criava o cargo de dentista-especialista, como têm com os médicos. E o próprio Secretário Casartelli - e eu estava junto - tentou, gestionou junto ao Comitê Gestor para que isso fosse executado e viesse o projeto para a Câmara de Vereadores. Isso não foi feito e não dependeu de vontade, porque tem a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Gestão e outras Secretarias

envolvidas. Fernanda, sem dúvida, a sua proposta é mais do que meritória. Causa-me, também, espécie quando a Ver.^a Sofia Cavedon fala sobre a criação de CCs. Eu nunca vou conseguir ter uma cara de pau como alguns têm aqui, porque a primeira coisa que o Tarso fez, meu Deus, foi encher o Estado de CCs! Quem sabe, com os R\$ 50 milhões que o Governo do Estado deve para a Secretaria de Saúde Municipal, não minimizariam, pelo menos, os problemas do Município? Quem sabe o Tarso paga o que está devendo?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. MARIO MANFRO: Eu sou coerente: a Yeda também ficou devendo! Eu sou coerente, eu tenho coragem de dizer! Agora, não seja cara de pau de chegar aqui dizendo que tudo é uma maravilha, quando vocês devem para o Município de Porto Alegre R\$ 50 milhões! Então, não venham aqui dizer que está tudo certo! Era isso, Ver.^a Fernanda, parabéns pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Ver.^a Fernanda Melchionna e o Ver. Pedro Ruas requerem Moção de Solidariedade com os aprovados no Concurso Público para provimento efetivo do cargo de Técnico de Enfermagem da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ocorrido em 2011, que ainda não foram chamados para investidura. Eu pergunto qual o tipo de solidariedade que nós estamos oferecendo. Se é para os concursados que estão na expectativa de serem nomeados, não há como negar essa solidariedade, porque, afinal de contas, quem foi aprovado em um concurso público está na busca do seu aproveitamento. A pergunta e a afirmação poderiam ser feitas ao contrário: se nós aprovarmos a Moção do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Fernanda Melchionna, nós estaremos terminando com algum fato, impondo alguma ilegalidade, forçando ou determinando que uma situação que eventualmente não possa se realizar agora ou já, por uma razão ou outra, deixe de acontecer? Claro que não. Solidariedade, o próprio nome está dizendo: solidariedade. E,

pág. 33

no caso concreto, a solidariedade é para homens e mulheres que acreditaram nas suas qualificações pessoais, submeteram-se a um concurso público, e, naturalmente, têm a expectativa de ser aproveitados. Parece que há algumas dificuldades; isso é subjacente. Na realidade, existe um fato: fizeram concurso, foram aprovados e têm a expectativa de serem nomeados, e, para isso, têm a minha solidariedade pessoal. E eu tenho plena consciência, Ver. Nereu, que essa minha solidariedade não vai ser uma imposição ao que quer se seja, nem mesmo a que se pratiquem atos que não sejam legais. Quem não foi aprovado não vai ser nomeado nunca; agora, quem foi aprovado tem a expectativa de ser nomeado o mais breve possível. Evidentemente, nós não desconhecemos que esses concursos têm prazo de vigência e possibilidade de prorrogação. No meu voto – e eu espero que no voto dos senhores e das senhoras – está incluído este desejo: que, tanto quanto possível, a nossa solidariedade não se manifeste tão somente nesse gesto carinhoso e solidário, mas que ela vá lá longe, que ela possa possibilitar que, em alguma medida, ocorra a expectativa dos concursados, que é o seu aproveitamento no quadro de pessoal do Município. Essa é minha posição e meu desejo formulado neste microfone, que pertence aos Parlamentares – e onde está cada vez mais difícil de falarmos, porque aqui parece que se instalou o reinado do grito! Eu preciso, nesta tarde, informar aos gritantes do dia que comigo tem um aspecto muito diferente: quanto mais gritam comigo, mais eu tenho interesse em falar, porque o direito que eu conquistei na urna de falar desta tribuna ninguém vai me tirar!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Não será a histeria de alguns ou o orquestramento de outros que vão me levar a tanto.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Podem se valer do beneplácito da Mesa, gritar, xingar, dizer o que queiram, eu falarei! Enquanto me for possível, eu falarei e estou falando agora, dizendo que eu sei o que vou votar, por que vou votar e como irei votar. Gritem o que quiserem; o meu voto é meu, é da minha consciência, é da minha posição!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Em primeiro lugar, eu quero esclarecer que a Moção é minha e do Ver. Pedro Ruas, uma Moção da nossa Bancada, do PSOL, e trata do Concurso Público nº 470, de nenhum outro concurso público; trata do Concurso Público nº 470, que tem mais de 2 mil pessoas classificadas para serem chamadas. E há uma demanda na Cidade de, no mínimo, como o colega e amigo, João Ezequiel, falou na audiência, 500 vagas confirmadas pelos hospitais, HPV e HPS, que precisam imediatamente desses profissionais técnicos em enfermagem.

Em segundo, parece-me que essa discussão está extremamente nebulosa, e não é uma discussão que nós fazemos hoje da Moção, porque todos que encaminharam, parece-me, votarão favoravelmente à Moção, e aprovação dela será por unanimidade – é o que nós esperamos. É o mínimo que a Câmara pode fazer para cidade de Porto Alegre: mostrar o empenho para valorizar a saúde pública e buscar profissionais para atender a nossa população. Profissionais que esperam legitimamente, ser chamados num concurso, que estudaram, que batalharam e que, inclusive, teve um Projeto com data prevista para ser enviado à Câmara. O Ver. Carlos Casartelli fala que o Projeto saiu da Secretaria Municipal da Saúde e que tem intenção de nomear algumas vagas agora. Enfim, não peguei a previsão de prazo, mas amanhã, na convocação, faremos esse debate também. Agora, uma coisa é fato: o Projeto não está na Câmara! E, se o Projeto não está na Câmara, o Projeto está trancado em alguma Secretaria de um Governo que é um só, porque não existe Secretário A, Secretário B; tranca na Fazenda, está trancado na SMA, do Elói Guimarães, está trancado não sei onde! O Governo é um só, tem um chefe, tem nome, CPF, endereço, e se chama José Fortunati! Se não veio o Projeto para cá e não está na saúde, nós queremos saber quem vai esclarecer para os Vereadores e Vereadoras desta Casa onde está o Projeto que cria as vagas dos Técnicos em Enfermagem para o Município de Porto Alegre! É isso que nós queremos saber! Porque dizer na imprensa que não vai economizar dinheiro para as áreas sociais, que vai cortar CCs, etc., etc... Aliás, um parêntese: no final do ano passado, logo depois da eleição, foi

aprovado um Projeto, com o nosso voto contrário, que criava 100 CCs a mais, impactando a folha de pagamento em, no mínimo, R\$ 8 milhões – logo depois da eleição –, numa eleição em que o Prefeito Fortunati prometeu saúde, educação, segurança. Não vi prometer criação de CC! Não vi prometer aumento de verba de publicidade! Não vi prometer a questão de milhões para uma festa durante a Copa do Mundo, como está previsto no Orçamento de 2014, a Fan Fest! São R\$ 40 milhões entre Fan Fest e estruturas temporárias para uma Copa que vai durar um mês numa Cidade que tem gente que morre no Centro da Cidade por omissão de socorro, por falta de profissionais, por falta de atendimento da saúde pública! Então, nós queremos dizer que, na verdade, o Prefeito está cortando das áreas sociais, porque não mandou chamar os Técnicos em Enfermagem que foram aprovados num concurso público, apesar do compromisso com esta Vereadora, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com os trabalhadores, com vocês que estavam na reunião no dia 9 de julho, com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, mas, sobretudo, um compromisso com a cidade de Porto Alegre, que precisa de mais atendimento! Assim como não chamaram os Guardas Municipais, assim como demitiram os trabalhadores do Instituto de Cardiologia, quando o IMESF está questionado na Justiça, porque é obviamente inconstitucional, é a privatização da saúde pública. E nós sempre defendemos os servidores estatutários. Sempre! Mas quem acaba demitido são os trabalhadores que, numa vida, trabalharam numa saúde terceirizada.

Na verdade, o maior, o chefe de todas as Secretarias é o Prefeito Fortunati; então, se não está na Secretaria Municipal de Saúde, o Prefeito tem que dizer para a Câmara de Vereadores onde está o Projeto! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e que lota as galerias desta Casa; esta Moção de Solidariedade é o mínimo que esta Casa pode prestar aos profissionais da área da saúde. É o mínimo que esta Casa pode prestar, e deve tomar providências para dar um basta a essa fábrica de concursos públicos.

As pessoas pagam para fazer o concurso público; muitos fazem cursinho para fazer o concurso público, e ao serem aprovados no concurso público, seja ele em que área for, mas principalmente na área da saúde, onde há uma defasagem imensa! Quero aproveitar e saudar a vinda do Ver. Casartelli. Seria muito bom que ele ficasse nesta Casa para discutir saúde conosco; seria muito bom que ele ficasse aqui para nós aprofundarmos este tema da saúde; seria muito bom que o Ver. Casartelli ficasse aqui conosco um bom período, para nós discutirmos a questão da saúde, porque achamos que ela tem que ser totalmente pública, totalmente gratuita e totalmente disponível para a população de Porto Alegre. Totalmente! A nossa saúde, hoje, está na UTI. A nossa saúde, hoje, tem uma defasagem a olhos vistos, quando vemos a UPA da Lomba do Pinheiro ser privatizada pelo Hospital da PUC; quando vemos a UPA do Triângulo, recém-inaugurada, sendo entregue para o Hospital Conceição. Seria bom que o nosso colega vereador ficasse um bom tempo aqui conosco para que nós discutíssemos essas questões da saúde, porque nós temos essa defasagem de vagas na saúde e nós temos a necessidade de parar de renovar. Acho que esta Casa tem que se debruçar, a Comissão de Saúde, as Lideranças, e fazer um projeto regrido essas questões de concurso público. Isso é uma tiração de dinheiro do povo, isso é uma sacanagem com o povo, porque vai lá, faz um concurso, cria uma expectativa, gasta um dinheiro para fazer esse concurso e fica esperando ser chamado; o concurso vence e vai lá e faz outro concurso - o concurso vende! Então, nós encaminhamos aqui favoravelmente à aprovação desta Moção de Apoio. Quero dizer à população de Porto Alegre que não precisa ligar para o Secretário, que ele está aqui na Câmara de Vereadores; não precisam usar o telefone dele, ele está aqui, venham visitar o Secretário e tudo o que vocês cobram de nós, nas ruas de Porto Alegre - a falta de médicos, a falta de ambulâncias, a falta de assistência, a falta de abertura dos postos aos fins de semana, por 24 horas -, venham à Câmara de Vereadores e conversem com o nosso colega Vereador, que hoje assume, Carlos Casartelli. Com força e fé vamos seguir lutando pelo povo de Porto Alegre e pelos trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 148/13, pelo Governo.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, boa-tarde a todos, primeiro quero apenas salientar que amanhã a minha vinda à Câmara é para tratar da questão dos livros que foram utilizados nas escolas do Município de Porto Alegre. Este é o convite que recebi e este é o assunto que nós trataremos amanhã: os livros que foram adquiridos pela Secretaria da Saúde. Através desses livros, foi feito um trabalho de praticamente um ano com as nossas 50 escolas municipais e com 50 mil alunos. Eu terei o máximo prazer em abordar esse assunto aqui amanhã.

Com relação à questão do concurso 470, ele foi feito para diversas áreas da saúde, na maioria dos cargos todos foram chamados. Realmente, em algumas categorias como Técnico de Enfermagem e outras, o número de inscritos foi muito grande. E óbvio que eu não estou aqui para mentir para ninguém; há duas mil pessoas aprovadas e nós não chamaremos as duas mil. Mas existe um número de vagas de Auxiliar de Enfermagem que têm que ser convertidas; existe outro número de vagas que talvez possam ser criadas.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: E nós teremos todo o apoio - a Câmara de Vereadores -, e trabalharemos dentro do Governo para conseguir essas nomeações.

Eu teria o máximo prazer em ficar na Câmara, Ver. Cláudio Janta, até porque eu acho que este é um ambiente bastante saudável, um ambiente onde a gente discute, onde nós discordamos, mas onde a democracia se encontra em toda a sua plenitude.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Então, para mim, seria um prazer, mas eu tenho um compromisso com o nosso Governo, com o Prefeito Fortunati...

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Só um momentinho, Vereador. Está assegurado o seu tempo. Por favor, vocês vão acabar perdendo a razão e o próprio direito. Vamos respeitar, há um Vereador na tribuna. Por favor!

O SR. CARLOS CASARTELLI: Eu tenho a convicção de que muito foi feito na Secretaria Municipal da Saúde nos últimos três anos. Por exemplo: nós passamos de 13% de cobertura de saúde da família para algo em torno de 45%. Não significa que os outros 55% não estão atendidos; eles são atendidos pelas unidades básicas tradicionais. Mas as equipes de saúde da família passaram de uma cobertura de 13% para 45% em três anos. As consultas que foram apresentadas aqui dizem respeito, na verdade, a toda a Atenção Básica: às Unidades Básicas de Saúde da Família tradicionais, às equipes de saúde da família que nós temos, com o Cardiologia, com o IMESF, com o Grupo Hospitalar Conceição e com os nossos demais parceiros. Então, são consultas de toda a Atenção Básica e não apenas de um grupo da Atenção Básica de Saúde. Mas nós poderíamos fazer mais. E vamos fazer mais! Em Porto Alegre já há a previsão de oito Caps AD, Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas, num investimento que chegará, só nessa modalidade, em torno de R\$ 600 mil por mês, nós teremos oito Caps AD 24h, fora os Caps AD, isso no total, oito Caps AD 24h, fora os Caps Infantil, os Caps adultos e as outras modalidades. Mas nós poderíamos fazer mais, se nós tivéssemos maiores investimentos em saúde. Quem banca a saúde no nosso País são os Municípios. Isso em nível nacional, todos os Municípios aplicam o mínimo constitucional. A média de aplicação dos Municípios está em torno de 21,5%, 22%, quando deveria ser 15%. Por outro lado, os outros entes federativos não aplicam aquilo que deveriam. Mas nós poderíamos fazer mais e queremos fazer mais. Se houver maior investimento, se o SUS+10 passar em Brasília, na Câmara dos Deputados, no Senado, nós teremos mais recursos para aplicar em saúde. Mas nós temos outros investimentos para fazer; fizemos a UPA Moacyr Scliar; teremos o Hospital da Restinga, a ser inaugurado provavelmente até o final do ano, onde lá nós também teremos uma UPA hospitalar 24h; e teremos também – que depende do Governo do Estado – a UPA da Bento Gonçalves, cujo terreno já está acertado, o local, que é uma obrigação do Governo do Estado a utilização desses recursos para a construção. Mas eu quero dizer que, se o Estado não contribuísse com Porto Alegre com apenas com 3,5%, e se o Estado pagasse para a saúde, apenas para a saúde, os R\$ 50

pág. 39

milhões que deve para a Secretaria Municipal da Saúde, certamente nós poderíamos fazer mais do que estamos fazendo. Então, eu gostaria de ter o apoio da Ver.^a Jussara Cony, da Ver.^a Sofia Cavedon, para que lutem junto ao Governo do Estado, para que aquilo que está pactuado com o Governo do Estado de repasse mensal para o Município de Porto Alegre, que significa hoje uma dívida de R\$ 50 milhões, sejam pagos ao Município de Porto Alegre, sejam pagos à Secretaria Municipal da Saúde, e, certamente, dessa forma, nós conseguiremos fazer mais do que estamos fazendo. Vi que esgotou meu tempo, eu teria mais para colocar, mas agradeço mais uma vez a oportunidade. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 148/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**.

Em votação o Requerimento nº 164/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é bem verdade que as moções de solidariedade são posicionamentos políticos apenas, e, infelizmente elas não têm a força da caneta do Executivo Municipal, mas, houvesse juízo nos Executivos, este Parlamento e os Parلامentos, escutados, ouvidos, a crítica, em especial, da oposição e de Vereadores que mantêm autonomia em relação aos governos em determinadas áreas, os governos acertariam muito mais. Então, quando nós dizemos que somos solidários aos funcionários de vários setores que estão sendo demitidos, nós dizemos que eles são vítimas – eles e a população usuária do SUS de Porto Alegre – de escolhas de gestão. E, portanto, nós aqui fazemos uma crítica política e fazemos um debate apresentando alternativas.

Então, a Moção não é – eu espero – demagógica, ela não é simplesmente para acalantar e dizer: bom, fizemos a nossa parte, nobre representante do Governo Municipal, Gil.

E eu quero, portanto, desta maneira, me posicionar em relação à nossa Bancada, à Bancada do Partido dos Trabalhadores. Nós nunca fomos levianos ao tratar o tema do Cardiologia e dos convênios; nós sempre fomos claros, inclusive, criticados, à época da

discussão do IMESF, porque nós apresentamos um Projeto, Ver. Mauro Pinheiro, substitutivo ao IMESF. A nossa Bancada apresentou um Projeto de Lei substitutivo ao projeto do IMESF; vou recordar os senhores e as senhoras. E o projeto substitutivo, derrotado por esta Casa, propunha um departamento municipal e a contratação para cargos efetivos de funcionários para atender à saúde básica. E isso, hoje, está sendo demonstrado pelos debates, pelas polêmicas jurídicas que, pela legislação, pelo SUS, a Atenção Básica em Saúde não poderia ser terceirizada, não poderia ser efetivada por entes privados em conveniamento.

E há um debate, óbvio, técnico legal sobre fundação pública, direito privado, etc. e que tem controvérsia, inclusive, nas gestões do nosso Partido, mas nós propusemos, concretamente, Secretário Casartelli, a esta Casa e à Prefeitura de Porto Alegre que, sim, tivesse concurso público. E nós sabíamos que os funcionários que bravamente vieram da Faurgs, passaram pela famigerada Sollus, cujos R\$ 10 milhões – pelo menos identificados até hoje – não foram recuperados e muito menos punidos e penalizados os gestores que, à época, fizeram esse desmando de gestão! Não foram responsabilizados, não foram punidos, não têm seus bens indisponibilizados! E essa impunidade no Brasil é que acaba gerando mais corrupção. Esta é uma das maneiras de se gerar mais corrupção. E nós desagradávamos, em parte, os agentes comunitários de saúde, porque nós dizíamos que tínhamos que fazer. Quando alguns funcionários diziam que não iriam passar em um concurso para efetivo, nós dizíamos que seria muito importante que fosse por funcionários efetivos, uma Secretaria, um departamento na Secretaria, e não IMESF. A nossa Bancada do PT, portanto, não só combate, não só denuncia e não só propõe moções, mas propõe alternativas; e fomos derrotados à época, não foi conseguido e nem consagrado que fosse contratado diretamente. E, aí, vivem esse drama os contratados pelo IMESF. Não foi efetivo como foi prometido, afirmado e garantido aqui: o IMESF resolverá os problemas de saúde da família. Nós temos uma grande lacuna de cobertura, de funcionários, de técnicos e de médicos no atendimento de Estratégia de Saúde da Família, e eu já falei nos indicadores da cidade de Porto Alegre.

A nossa Moção de Solidariedade, de novo, é para dizer qual é a nossa posição clara sobre a saúde básica, que tem que estar sob gestão pública, e dizer também que, considerando todos os problemas, nós apresentamos, na semana passada, uma alternativa, ao Governo Municipal, de prorrogação por mais dois anos, de contratação dos

atuais concursados do IMESF para as novas equipes que a Cidade precisa, e de novo concurso para que os atuais funcionários – a quem nós somos solidários com ações – possam, através do concurso, ingressar onde de direito, de forma efetiva e permanente, porque eles construíram a saúde todos esses anos em Porto Alegre. A nossa solidariedade, portanto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente, ilustre Ver. Bernardino Vendruscolo; Vereadoras e Vereadores; público que nos assiste e nos dá a honra da presença, nós vivemos uma situação contraditória no País. Ao mesmo tempo em que todos percebem, Ver.^a Fernanda Melchionna, que há um descaso, há uma carência muito grande na área da saúde, os profissionais da área da saúde são cada vez menos valorizados. Falava sobre isso com o Diretor do Simers, Dr. Jorge Luiz, no dia de ontem: quanto mais precisamos da área da saúde, menos a sociedade valoriza médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Meu caro João Ezequiel, é contraditório isso, e esta Casa faz parte da contradição, porque há bastante tempo, apesar do nosso esforço, Ver.^a Fernanda Melchionna, a Casa recusou-se a realizar uma CPI da Saúde. E lutamos, lutamos, chegamos a 13 assinaturas! E foi derrubada, depois de instalada a CPI da Saúde, na Justiça. E naquele período, entre 2007 e 2009, Ver. Cláudio Janta - eu não era Vereador na época -, Porto Alegre foi roubada na área da saúde, assaltada em R\$ 9,6 milhões, valores comprovados pelo Ministério Público Federal. E no Brasil há uma tragédia, pois se atualiza tudo, menos os valores de corrupção. Então até hoje se fala em R\$ 9,6 milhões. Ver.^a Sofia Cavedon, isso equivale hoje a R\$ 40 milhões - R\$ 40 milhões em 24 meses! Todos estão com seus bens disponíveis, ninguém foi punido, e o dinheiro jamais voltou para a saúde em Porto Alegre. Hoje, R\$ 40 milhões furtados, em 24 meses, da saúde de Porto Alegre.

Neste momento, uma Moção como esta propicia também este debate, nos oportuniza que possamos trazer à memória dos Vereadores e Vereadoras, do público que está nos assistindo em casa ou aqui, temas como esse. O que foi o escândalo de corrupção da Sollus e da empresa Reação, incluindo o homicídio de um Secretário de Município, Dr.

Eliseu Santos, que nunca foi apurado, que nunca foi cobrado, e nunca houve responsabilizações!

Hoje nos solidarizamos, neste momento, com os demitidos do Instituto de Cardiologia, pois sabemos o quanto é duro um trabalhador ou uma trabalhadora perder a sua fonte de renda. Há 36 anos advogo na Justiça do Trabalho, sempre foi a minha área de atuação na Advocacia, conheço esse drama; mas conheço mais do que isso: o drama de uma Cidade que precisa, cada vez mais, de especialistas, de operadores da saúde e os têm cada vez menos; e quando os têm, João Ezequiel, demite, não nomeia; ou demoniza, Dr. Jorge Luiz. Então nós temos que ter responsabilidade num tema como esse. Não podemos mais aceitar essas demissões sem critério; não podemos mais aceitar que a saúde fique em terceiro, quarto, quinto plano; não podemos mais aceitar que não se investiguem verbas que eram da saúde e foram desviadas para fins privados.

Esta Moção, Ver.^a Sofia Cavedon, nos oportuniza este debate. Eu agradeço essa possibilidade. Nós, do PSOL, eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna, com certeza votamos a favor desta Moção, porque ela representa a possibilidade de um debate sério sobre saúde e a condenação desses atos absurdos de demissão.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mario Manfro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estamos encaminhando a votação do Requerimento do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Cláudio Janta, uma Moção de Solidariedade aos servidores demitidos do Instituto de Cardiologia. Para os que têm memória curta, eu lembro que o Instituto de Cardiologia teve, até poucos dias, um convênio com o Município, convênio este que muitas vezes foi condenado, desta tribuna, por ser uma terceirização indesejada. Eu continuo acreditando que o Instituto de Cardiologia é uma das organizações mais respeitáveis que existem na cidade de Porto Alegre, e que, se hoje ele está demitindo servidores, demitindo empregados, ou fazem diante de uma circunstância, a rescisão do contrato que tinham firmado com o Município

de Porto Alegre. É lógico que nesse momento uma Moção como essa pode servir a vários objetivos. Serve, inclusive para mim, para reafirmar o meu respeito e a minha admiração pelo Instituto de Cardiologia, e, mais do isso, recolocar, no meu modo de ver, ordem em algumas coligações. Antes de mim usou a tribuna a grande Líder do Partido dos Trabalhadores, dizendo que não tem a caneta na mão para socorrer a saúde. Logo quem é do PT, que tem o Governo deste País, que maltrata a Nação brasileira e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que, dos professores aos servidores em geral, está devendo tudo o que poderíamos imaginar, como possível de ser objeto de uma incoerência política. Então eu quero dizer o seguinte: eu tenho bem certeza do que eu estou tratando nesse momento. Obviamente, que eu vou ser solidário com aqueles que perderam o emprego que tinham no Instituto de Cardiologia e que, por sua vez, prestavam um bom serviço para a cidade de Porto Alegre. Mas todos nós sabemos, Ver. Janta, que há mais tempo se impugnava esse convênio, que o Tribunal de Contas se manifestava contra esse convênio. E que, agora mesmo, quando se buscou prolongar mais um tempo, ainda que a carência de recursos do Município de Porto Alegre seja aumentada na área da saúde em função de um Estado caloteiro que lhe deve R\$ 50 milhões de reais e não lhe paga, esse Estado que é a caneta da Ver.^a Sofia Cavedon, este Estado que é governado pelo PT e que não paga o Município! Inclusive, insinuação semelhante foi o rompimento por decisão judicial do convênio com a Fugast, e o Município teve que encarar as indenizações e o Governo do Estado não lhe repôs até agora, caloteiro que é. Então, senhores, nós precisamos dizer com toda a tranquilidade: pouco me importa Sr. Presidente, eu quero que as pessoas entendam uma coisa de uma vez por todas, esses gritos histéricos que a gente houve aqui, não saem na televisão, em casa ninguém fica sabendo. Só tem o dom de provocar a gente, e quando eu sou provocado eu vou mais longe. Não quero nem sequer, Sr. Presidente, fazer um diálogo de impugnação ao discurso do PSOL, repetido aqui nessa tribuna, é um discurso que nós conhecemos. O PSOL que não tem um Deputado Estadual, que não tem um Prefeito, que não tem um Governador do Estado, pode, simplesmente ter uma metralhadora contra tudo e contra todos. Eu respeito a posição do PSOL. Agora, Sr. Presidente, não venha o PT querer dizer de compromissos fraudados com a saúde em Porto Alegre, logo o Governo do Município que mais investiu em saúde Pública nesta Cidade. Quem não sabe das mazelas vividas pela saúde pública nos 16 anos de Governo do PT, que não cumpriu nem

sequer o mínimo condicional, pois, agora, Sr. Presidente, querem aparecer como salvador de pátria, responsáveis pela solidariedade que o Ver. Janta e o Vereador Presidente desta Casa, com muita correção, propuseram aos servidores, e que vai e está merecendo o meu apoio. Agora, entre eu apoiar e bater palma ao comício que querem se montar aqui dessa tribuna, há uma diferença muito grande. Aos tribuneiros, não contem com a minha solidariedade; agora aos empregados que estão desempregados, que foram, de uma hora para outra, espero eu, devem estar recebendo pelo menos o Seguro Desemprego que o Instituto de Cardiologia deve estar lhes assegurando. A esses a minha mais ampla solidariedade, e mais do que a minha solidariedade, o meu reconhecimento de que eles trabalharam com muita dignidade para o Município, para um Instituto qualificado a quem Porto Alegre e o Estado muito devem na área da medicina social, que foi frequentemente questionado desta tribuna e que agora eu estou aqui proclamando: obrigado ao Instituto de Cardiologia, obrigado aos empregados que trabalharam por Porto Alegre e o meu lamento porque o final tenha sido isso, o que não impede de oferecer a todos eles a minha mais sincera e carinhosa solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Apenas para esclarecer, Ver. Reginaldo Pujol, que o PSOL governa Prefeituras, e, na Prefeitura de Itaocara, que é do PSOL, o Secretário de Saúde foi eleito pela categoria.

O SR. PEDRO RUAS: Só para registrar que, no meu encaminhamento, em nome do PSOL, fiz referência à ilustre Ver.^a Sofia Cavedon, sem me dar conta, e dizer que a autoria do Projeto é do Ver. Cláudio Janta e do Ver. Dr. Thiago. Faço a correção neste momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o momento que o Brasil vive, um momento noticiado por toda a imprensa mundial, pelo Governo Federal, é o momento do pleno emprego, momento em que o emprego neste

País é abundante. Nós entendemos que este emprego abundante no País tem que ser abundante também no setor público, ele tem que ser abundante nas questões básicas dos trabalhadores e dos cidadãos brasileiros. Este emprego abundante tem que estar nas escolas, nas creches; ele tem que estar nos postos de saúde, ele tem que estar nos prontos atendimentos, tem que estar nos hospitais. Em qualquer lugar do mundo, em qualquer país neste mundo, em qualquer cidade de médio e grande porte, quando se demitem 400 trabalhadores, é uma calamidade pública; quando se fecha uma fábrica, uma construtora, uma loja, demitindo 400 trabalhadores, é uma calamidade pública para este Município, para este Estado, e é uma calamidade pública para uma Nação. Aqui em Porto Alegre, nós estamos demitindo 400 trabalhadores da saúde por um pedido de esclarecimento do Tribunal de Contas do Estado. Nós estamos demitindo 400 trabalhadores do Instituto de Cardiologia. Alguns deles atendendo às famílias de Porto Alegre há mais de 14, 15 anos.

Nós apresentamos aqui nesta Casa, no dia de hoje, uma Moção de Repúdio ao PL nº 4.330/04, que tramita no Congresso Nacional, que trata da terceirização, que trata de rasgar a CLT, que trata de rasgar o direito dos trabalhadores, que trata de tirar os direitos trabalhistas. Ontem, o Tribunal Superior do Trabalho, com os votos de 19 Ministros da mais alta Corte trabalhista do País, foi contra esse PL. Ver. Pedro Ruas, o senhor, como advogado trabalhista experiente, sabe o significado que tem isso: a Corte Suprema se manifestar em um projeto que tramita no Congresso Nacional. Isso destrói a vida dos trabalhadores. E vemos isso hoje aqui, quando temos 400 famílias à mercê de não levar o seu sustento, à mercê da instabilidade emocional, um dos problemas mais graves que os trabalhadores têm hoje. Não é à toa que o maior índice de afastamento dos trabalhadores do local de trabalho são as doenças relacionadas à instabilidade emocional desses profissionais. Aí nós temos 400 funcionários sendo demitidos; nós temos uma defasagem de 500 funcionários; nós temos o compromisso do Poder Público de que, até setembro do ano que vem, os funcionários continuariam nos seus empregos; nós temos vários desses funcionários aprovados em concurso público e não foram chamados! Em qualquer cidade do mundo, quando 400 trabalhadores são demitidos, é uma calamidade, e merecem a solidariedade, a compreensão e a solução do problema por todos nós. Nós estamos ajudando esses trabalhadores. Concluindo, eu falo em nome da Força Sindical: estamos ajudando no que for possível para que esses trabalhadores sejam reintegrados ao serviço

público, prestando o serviço em que juraram salvar vidas, dar dignidades aos trabalhadores, ao povo da nossa Cidade. Com força e fé, chegaremos lá, com certeza.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro; demais Vereadores e Vereadoras; público nas galerias; eu ouvi atentamente aqui muitos Vereadores, Ver. Brasinha, virem aqui cobrar que o Governo do Estado e o Governo Federal não repassam recursos, que estão devendo para o Município, mas hoje nós temos um Vereador que é Secretário da Saúde e que poderia vir aqui, então, e dizer se o Município tem algum problema com o Estado e com o Governo Federal. Acho que ele é a pessoa mais indicada para vir aqui e reclamar se o Governo do Estado e o Governo Federal não estão repassando recursos como deveriam para o Município de Porto Alegre; mas ele não veio. Talvez, o que estão falando não seja a verdade, ou estão equivocados, para não dizer que estão mentindo. Eu não vi o Secretário Municipal subir a esta tribuna e dizer que o Governo Estadual trata mal o Município de Porto Alegre, que o Governo Federal trata mal o Município de Porto Alegre, não é isso que eu vejo. Quando o Prefeito Municipal vai a Brasília conversar com a Presidente Dilma e pedir recursos, na grande maioria das vezes, é atendido. Eu nunca vi tanto recurso federal nesta Cidade como eu tenho visto agora. Se é mal utilizado, Ver. Pedro Ruas, aí é outra questão. Se o Município não consegue gerir e não tem uma boa gestão dos recursos que recebe, é outro problema.

Nós sabemos que os problemas são graves e não temos dinheiro para tudo. Agora, nós temos que saber dar prioridades. O Governo tem que ter prioridades, é assim que funciona um governo na gestão de um governo, é assim que a gente administra a nossa casa. Se eu recebo “x”, eu tenho que gastar “x”, conforme as minhas necessidades. Eu vou separando “x” para pagar luz, tanto para pagar isso, etc., o que sobra eu saio para gastar com qualquer coisa. Agora, eu tenho que priorizar. Às vezes o município prioriza errado, e aí há a falta de gestão.

Quanto ao Requerimento do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Cláudio Janta, sou solidário, vou votar junto, mas, infelizmente, nós, Vereadores, às vezes, não podemos fazer tudo aquilo

que gostaríamos de fazer, Ver. Dr. Thiago. Em cinco anos, no meu segundo mandato, quinto ano de Vereador, já vi outras pessoas, outros profissionais da saúde, nesta Casa, sofrendo o mesmo que estão sofrendo os profissionais que estavam lá, no Instituto de Cardiologia. É uma rotina na cidade de Porto Alegre, Ver.^a Fernanda Melchionna, que também tenho certeza de que concorda com isso. É o dinheiro que foi para a Sollus e foi mal gasto, quebrou a Sollus, veio a FAURGS, e a toda hora esses mesmos problemas se repetem. Os profissionais já trabalham com essa expectativa de que o processo seletivo que fizeram pode acabar porque tem problema aqui, tem problema ali. Veio o IMESF, que iria resolver tudo, que seria uma maravilha. Discutimos, nesta Casa, horas, e horas, e horas o IMESF, quem seria contratado, e o IMESF resolveria todos os problemas da Cidade. Não resolveu e, daqui a uns meses, daqui a um ou dois anos, nós poderemos estar aqui de novo, Ver. Dr. Thiago, fazendo uma moção para aqueles que foram contratados pelo IMESF, porque talvez o IMESF não possa mais existir. (Palmas.) Como ficam esses profissionais? Porque o IMESF também, aqui, já está na Justiça. Existe o processo, o Município de Porto Alegre já perdeu, recorreu. Então, esses profissionais que estão atuando na saúde, dentro do IMESF, já não sabem por quanto tempo vão ficar. Então, o que nós realmente precisamos é de uma gestão séria, Ver.^a Lourdes Sprenger, é fazer um planejamento estratégico para esses profissionais da saúde. Que eles possam fazer um concurso, que eles possam ser contratados, que saibam quando vão entrar, que vão seguir carreira, que vão receber o que têm que receber e que vão poder ter a sua vida agendada e planejada. Não dá para amadorismo! Chega de amadorismo! É isto que as ruas estão dizendo, Ver.^a Fernanda Melchionna, nas manifestações: “Nós queremos gestores capacitados, que pensem nas pessoas e que escolham o melhor destino para o dinheiro público”.

Por isso, sou favorável à Moção, mas gostaria de fazer muito mais: uma boa gestão na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Ver. Mario Manfro, demais colegas, plenária; vou começar pelo final, antes de entrar aqui na questão da Moção de Solidariedade. É preciso esclarecer que as fundações existem, Ver. Mauro Pinheiro, em todo o Brasil e em muitos Municípios do Partido dos Trabalhadores – nós estamos juntos nessa. Estamos juntos pedindo que o Governo Federal e que a Bancada da Câmara dos Deputados aprove a Lei que regulamenta as fundações na área da saúde. Já foram tiradas todas as demais fundações, era prevista fundação na área da Educação e em várias outras. Todas foram tiradas para que aquilo que estava sendo solicitado fosse atendido e que os Deputados Federais pudessem aprovar as fundações na área da saúde. Então, todas as fundações hoje estão na mesma situação, todas estão com uma ADIn e esperam a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Lei que regulamenta as fundações, embora muitos juristas acreditem que seja desnecessário. De forma alguma também... Eu já vim aqui, sim, falar sobre aquilo que o Estado deveria repassar ao Município de Porto Alegre, à Secretaria Municipal de Saúde, e acho que, pelo menos em uma dessas oportunidades, o senhor estava presente. Eu fiz isso na COSMAM e referi quanto o Estado participava com a saúde pública no Município de Porto Alegre, quanto repassava e qual era a contribuição. Eu apresentei isso no último relatório de gestão, no último quadrimestre, na Câmara de Vereadores, e, pelo menos em uma parte deles, eu tenho certeza de que o senhor estava presente. De fato - o senhor fala com toda a propriedade -, não é a primeira vez que nós temos que demitir servidores em Porto Alegre, servidores contratados por uma fundação, como é a Fundação de Cardiologia, nós já fizemos isso. São 300 servidores do Instituto de Cardiologia hoje, e nós tivemos um apontamento do Tribunal de Contas do Estado, e realmente é uma orientação desse Tribunal, porque esse é o papel do Tribunal de Contas do Estado, é assim que os órgãos de controle agem hoje. Eles agem preventivamente para depois não serem acusados de que não fizeram aquilo que eles recomendaram. Eles são obrigados a autuar o Prefeito, o Secretário Municipal da Saúde. Então essa é a forma, hoje, da regulação do sistema de controle, do sistema de auditoria do Tribunal de Contas, da União, do Denasus e de tantos outros. E isso aconteceu. Nós tivemos mais de 300 deles no Hospital Presidente Vargas demitidos pelo Governo do Estado, que eram servidores da Fugast – Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia –, que eram contratados pelo Governo do Estado. Então isso já aconteceu na nossa Cidade com servidores – era um convênio do Governo do Estado – que foram demitidos na gestão

Tarso por uma imposição legal. Então, realmente isso não é novo! Mas também quero dizer que me solidarizo, mas apenas se solidarizar, Ver. Mario Manfro, não adianta, eu acho que nós temos que ir juntos. E eu vou junto! Eu vou junto com o Presidente da Câmara, eu vou junto com os Líderes de Bancadas, eu vou junto ao Tribunal de Contas do Estado. Nós temos que ir juntos ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público, e com a PGM junto. Se nós tivermos o apoio do Tribunal de Contas do Estado, se nós tivermos o apoio do Ministério Público Estadual e da Câmara de Vereadores... mas nós temos que acertar uma TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, no Ministério Público, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado, para que a gente possa manter esses servidores. Agora, tem que ser de uma forma legal. Sendo de uma forma legal, terá todo o apoio da Prefeitura, da Secretaria da Saúde. E eu me coloco à disposição para ir ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público e também ao Ministério do Trabalho para fazer esse Termo de Ajuste de Conduta. Porque é necessário fazer esse acordo, se não correremos o risco de entrar num problema e quem vai ter que pagar será o Secretário da Saúde ou o Prefeito de Porto Alegre. Então, vamos fazer um acordo; e, fazendo esse acordo, assinado esse TAC, tem todo o meu apoio para que esses 300 servidores continuem trabalhando na Secretaria Municipal da Saúde.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, aproveitando que o Ver. Carlos Casartelli propôs isso, quando nós soubemos, de imediato, o que estava acontecendo com os trabalhadores do Instituto de Cardiologia, nós propusemos ao Governo que fôssemos ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público do Trabalho fazer esse TAC, e, agora, o Vereador se coloca à disposição. Então, eu quero dizer ao Vereador, que vai voltar à Secretaria, que esta semana mesmo eu vou marcar com Tribunal de Contas do Estado, com o aval do Secretário e do Ministério Público e avisar os Líderes e a Presidência da Casa para nós irmos juntos, já que a Força Sindical, a Central que eu presido, está à frente disso no Ministério Público do Trabalho, e vamos encaminhar também no Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Acho bastante salutar que isso seja feito e, mais do que isso, sairíamos do discurso e partiríamos, realmente, para uma ação prática para tentar fazer alguma coisa a respeito desses servidores.

A SRA. JUSSARA CONY: A Bancada do PCdoB entende que a solidariedade é extremamente importante e temos que partir para ações absolutamente práticas. A Bancada do PCdoB está à disposição dessa articulação política entre a Câmara Municipal, os servidores e a Prefeitura Municipal para que possamos resolver essa questão, porque não é apenas problema dos trabalhadores, eles são muito importantes, mas é também problema pela falta que vai fazer o atendimento ao povo de Porto Alegre.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, informo que a Bancada do PDT também é solidária a esta Moção, mas eu solicitaria que fosse formalizada, pela Presidência desta Casa, a nossa ida ao Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Vou encaminhar este pedido. Por favor, Vereadores, sejam breves no microfone de apartes.

A SRA. SOFIA CAVEDON: O Secretário Casartelli propôs a construção de uma solução, um TAC, e eu quero dizer que o Partido dos Trabalhadores se soma a isso; inclusive, o ofício que propusemos, na segunda-feira passada, e que vários Vereadores assinaram, indica isso. Indica, também, como continuar nomeando os já concursados do IMESF e garantir o trabalho desses trabalhadores. Portanto, somos parceiros.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Perfeito.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Rapidamente, Presidente, em nome da Bancada do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, quero dizer que endossamos essa proposta para que todas as Bancadas saiam com uma reunião marcada com o Ministério Público para construir esse Termo de Ajustamento de Conduta e garantir o trabalho dessas 300 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Seria, sem dúvida nenhuma, uma grande vitória.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, pela Bancada do meu Partido, o PSB e pela Liderança do Governo, nós apoiamos a proposta também.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Então, é unanimidade. Capitaneados pela Presidência da Casa, acredito que a COSMAM, sem sombra de dúvida, deve estar também à frente desse processo, e o seu Presidente, Ver. Paulo Brum, que é extremamente experiente e solícito, tenho certeza de que também estará.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, em nome da Bancada do PTB, em nome da Presidência da COSMAM, junto com a Ver.^a Jussara Cony, estamos juntos nesta luta. Esta é uma proposição séria. Este, na verdade, é o encaminhamento que o nosso Vereador faz não apenas como discurso, mas de propor uma ação concreta na busca de resolver este impasse que está ocorrendo com os funcionários do Instituto de Cardiologia.

O SR. PEDRO RUAS: É um adendo que quero fazer, em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, que pode ser capitaneado ou pela direção da Casa ou pela COSMAM, o Presidente Dr. Thiago ou o Ver. Paulo Brum, o conjunto da Casa, mas que conste que é uma posição consensuada do Legislativo de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Sem dúvida. Estou abrindo uma exceção em virtude do uso do aparte, pela importância desse consenso que se formou aqui. Sai da teoria e partimos para uma ação prática. Ver. Reginaldo Pujol, eu lhe dou o aparte e depois o Ver. Dr. Thiago gostaria de encaminhar o Requerimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Em pleno encaminhamento do Requerimento, surgiu esta proposta que parece que é consensual de toda Casa. Parece-me que implica numa suspensão da discussão, do encaminhamento desta matéria, diante de outra alternativa que é oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Já havia Vereador inscrito para encaminhar, é claro que depende do inscrito.

O SR. REGINALDO PUJOL: Excelência, já ouço de um dos signatários que ele não abre mão do encaminhamento. Se não abre mão, o consenso se desfez. Eu já manifestei a minha solidariedade, anteriormente, não teria dificuldade nenhuma em me somar à proposta do Ver. Carlos Casartelli; mas se não há consenso, eu me submeto ao dissenso em que a Casa está montada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Acredito que haja um consenso, sim.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Eu estou vindo aqui pela primeira vez, não fui à tribuna, não pedi aparte. A Bancada do PSD sempre vai estar junto nas Moções pelo trabalhador. O nosso voto, a nossa fala é ali no painel. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Obrigado, Ver. Tarciso.

A SRA. LOURDES SPRENGER: A nossa Bancada do PMDB, através do nosso Líder Idenir Cecchim e demais integrantes, também apoia o TAC.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Obrigado.

A SRA. ANY ORTIZ: Falo em nome do PPS, também apoio o TAC. Acho importantíssimo até para evitar que essas famílias todas sejam prejudicadas. Muito obrigada.

A SRA. JUSSARA CONY: É só um adendo, Sr. Presidente, que aliás está conduzindo muito bem a nossa Sessão. Parabéns! O adendo da Bancada do PCdoB é que nesse processo do TAC se leve em consideração os mais de cem trabalhadores que já foram demitidos.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. ANY ORTIZ: Mil desculpas, Presidente, mas eu estava falando isso agora mesmo. Já foi assinada, inclusive, a carta demissional de mais de 150 trabalhadores. Para serem revistas essas demissões.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Certamente nós vamos fazer um grupo de trabalho.

A SRA. ANY ORTIZ: Eu gostaria de fazer parte do grupo de trabalho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 164/13, como autor.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero saudar aqui e dizer que a luta e a vitória é toda de vocês! Isso foi o que nós tínhamos proposto desde o início: uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado, com a Prefeitura e com esta Casa mediando esse processo.

Esta Casa tem 240 anos. É importante se ter profundo respeito com as palavras que se dizem aqui, e não lançá-las ao vento. Porque isso aconteceu na reunião do dia 26 de junho, na Prefeitura. Eu vou ler as palavras; está sendo resgatado o vídeo das pessoas se manifestando lá, do próprio Vereador se manifestando lá. Eles estão procurando o vídeo; se não mostrarmos hoje, vamos mostrar amanhã. “O Presidente da Câmara, Ver. Dr. Thiago, em nome dos Vereadores, do conjunto de Vereadores e, aproximadamente, cem servidores do Instituto, foram recebidos, no dia 28 de junho, pelo Vice-prefeito Sebastião Melo. Diante do impasse, o Vice-Prefeito chamou para a reunião o Secretário Municipal de Saúde, Carlos Casartelli, para anunciar que o Município havia recuado das demissões, e que renovou, por mais um ano, os contratos com os servidores. No total são mais de 400 funcionários que atuam em postos e centros de saúde, administrados pelo Instituto de Cardiologia”.

Já havia assumido esse compromisso conosco. Então, é importante que nós tenhamos bem claro que essas notas taquigráficas devem ser levadas ao cabo.

A segunda questão é dizer que esta situação toda pode e vai gerar, se não for agora - nós temos tempo ainda para fazer isso -, se não for revisada, vai gerar um problema jurídico tremendo, porque o Edital do concurso está em desacordo com a Lei, que foi realizada e feita por esta Casa. O Edital do concurso do IMESF. A grande maioria dos servidores, que

está aqui, do Instituto de Cardiologia, fez concurso do IMESF e foram aprovados. E um ponto de corte os tirou da segunda etapa do concurso.

E a terceira questão, que eu quero colocar bem clara aqui, é o aprofundamento da instabilidade e do caos do PSF em Porto Alegre, se não for revisado esse processo. Eu ouvi aqui muitos falarem: “Tem que ser uma medida que não seja só para discurso”. Eu e Ver. Cláudio Janta não estamos trabalhando só com discurso, a gente tem medidas práticas que estão sendo executadas, e vocês sabem disso.

(Procede-se à apresentação em vídeo.)

O SR. DR. THIAGO: Este vídeo mostra as colocações que foram feitas, trazidas por vocês. Nós estamos com dificuldade no áudio, mas, sem dúvida nenhuma, para mostrar a prova dessas situações. Eu quero terminar, falando da questão que o Ver. Valter trouxe aqui do livro. O Parecer da Procuradoria é bem claro, e diz (Lê.): “Registro a existência de um Relatório [falo do livro que o Ver. Valter veio falar aqui na tribuna] de lavra de um estagiário de Direito, Lucas Faleiro de Oliveira. Nos termos do art. 25, caput, da Lei 8.666/93, a hipótese de inexigibilidade de licitação. Requer ausência de competição. No caso dado, não parece que a situação assim se enquadre à previsão legal, visto que, além da editora, existem várias livrarias que podem oferecer a obra no mercado. Portanto, a competição existe. O fato de que a editora apresentou o orçamento menor não indica haver incidência de inexigibilidade, mas apenas de menor preço, situação essa que, por exemplo, num pregão, pode ser alterada. Então, os procuradores municipais, no extenso processo que me dado pelo Ver. Valter, mostram que havia, sim, necessidade de se fazer a licitação ou o devido pregão eletrônico.”

Então, eu quero deixar bem claro isso, para que não passem palavras em vão e que, sem dúvida nenhuma, nós saudamos essa iniciativa de poder, conjuntamente, no TSE, como queríamos anteriormente, poder negociar todo esse processo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Por favor, eu gostaria de saber se o Ver. Thiago tem todo o processo com ele? (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: O senhor pode me emprestar, Dr. Thiago? Eu gostaria de ler o segundo parecer.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Acho que é um direito, Vereador. É um direito! O senhor pegou o parecer que não é definitivo. O senhor pegou o parecer que lhe interessava. Por que o senhor leu hoje?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: O senhor leu hoje.

(Procede-se à entrega do Parecer.)

O SR. CARLOS CASARTELLI: Eu faço questão de ler o Parecer definitivo da PGM, porque o Parecer que o Ver. Dr. Thiago leu é um Parecer inicial que foi contestado pela própria Procuradoria-Geral do Município.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Eu acho que isso que o senhor acabou de dizer já é um esclarecimento. O senhor não tem o tempo regimental...

O SR. DR. THIAGO: O Secretário terá tempo de esclarecer isso no dia de amanhã. Eu acho que ele deve esclarecer isso no dia de amanhã, porque esse Parecer é controverso e aponta para outras situações de ilegalidade dentro desse processo!

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Vereador Brasinha, desculpa, eu acho que a forma como está sendo conduzido... Eu estou tentando conduzir da forma mais regimental, além

de justa. Eu peço, inclusive, o auxílio dos Líderes e dos meus colegas, porque, para tumultuar, é fácil.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, eu tenho o direito de resposta!

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Mas ninguém tocou no seu nome, Ver. Brasinha, nem na honra de ninguém!

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, só tem uma solução para encerrar este momento que é dolorido para a nossa Câmara: é encerrar imediatamente a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Eu não vou fazer isso; eu vou suspender a Sessão por dois minutos. E eu peço a presença dos Líderes, por favor.
Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): (17h38min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Foi lido primeiro um parecer de um estagiário da PLC, porém, a Procuradora, a partir daí, emitiu o seu parecer, de exatamente uma folha e meia, um pouco menos. Então, a partir daí, tem um outro parecer emitido pela própria Procuradoria-Geral do Município, que diz o seguinte (Lê.): “Trata-se de expediente em que a Secretaria Municipal de Saúde requer a contratação da empresa Edições BesouroBox Ltda., fundada no artigo 25, *caput*, da Lei Federal de Licitações, cujo objetivo é a compra de 50.000 exemplares do livro “O Escudeiro da Luz - Os Zumbis da Pedra”. O feito encontra-se devidamente relatado às fls. 51/52, razão pela qual me abstenho de elaborar relatório pormenorizado da sua instrução, restringindo-me, tão somente, aos elementos colacionados aos autos após sua regular juntada aos autos. Analisado o feito pela Procuradoria de Licitações e Contratos – fls. 53/54 – foi lançado nos autos

pág. 57

manifestação contrária à assinatura do contrato por não entender aquela Procuradoria especializada presentes os requisitos necessários à inexigibilidade invocada. Funda-se referida manifestação na possibilidade da obra que se pretende adquirir poder ser objeto de licitação entre livrarias que o comercializam, sendo possível, então, a competição. Ainda, segundo aquela Procuradoria, a eleição pela obra em particular não se encontra nos autos, inexistindo elementos que indicam que não existem outros materiais que porventura pudessem ser utilizados para a obtenção da finalidade que se pretende, qual seja, a prevenção ao uso de drogas, em especial o *crack*, na rede pública municipal de ensino. Por fim, a PLC aponta que não há nos autos modelo de contrato que se pretendia utilizar no caso concreto, levantando questionamento acerca do projeto juntado aos autos às fls. 03/16. Em resposta, juntou a SMS documento de fl. 55, oriundo da Câmara do Livro, em que se declara a exclusividade de empresa Editora Besouro Box na edição e distribuição do livro objeto de contratação. A SMS junta, ainda, à fl. 56, nova manifestação da lavra daquela Assessoria Jurídica, em que se repetem os argumentos já vertidos nos autos, bem como justifica, de modo sucinto, a escolha pela obra, bem como anexa aos autos exemplar da obra que se pretende adquirir. [Foi anexada aos autos.] É o relatório. A análise de mérito, Sr. Procurador-Geral, deve obrigatoriamente ser dividido em duas etapas, que ao mesmo tempo em que se entrelaçam, subsistem autonomamente. A primeira diz respeito à instrução processual, enquanto a segunda enfrenta basicamente a matéria sobre o enfoque exclusivamente jurídico. [Vou pular algumas partes para não ficar cansativo.] Isto posto, passo a analisar o segundo elemento de informação existente nos autos, que, apesar de interdependente com os aspectos acima, pode ser analisado de maneira autônoma, vez que se trata de matéria de fundo estritamente jurídico, qual seja, a contratação por inexigibilidade, fundada no artigo 25, *caput*, da Lei Federal de Licitações. O artigo 25, *caput*, da Lei Federal de Licitações, reza que é inexigível a licitação em caso de inviabilidade de competição, elencando, em seus incisos, casos em que tal fundamento pode ser aplicado. O fato de ser a contratação lastreada no *caput* do artigo não é impeditivo para a sua formalização, vez que sua aplicabilidade é independente do rol de possibilidades trazidas por seus incisos. Quanto a isso, a lição de Marçal Justen Filho, em sua festejada obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos* (Editora Dialética, 2010, p.360) é definitiva: 'Deve-se ressaltar que o *caput* do art. 25 apresenta função normativa autônoma, de modo que uma contratação direta poderá nele

se fundar direta e exclusivamente. Não se impõe que a hipótese seja enquadrada em um dos incisos do referido art. 25, os quais apresentam natureza exemplificativa'. Superado, então, este ponto. Cumpre, pois, analisar o argumento utilizado pela Procuradoria de Licitações e Contratos no sentido de que seria viável a licitação, haja vista a possibilidade de livrarias ofertarem o mesmo livro, sem a necessidade de compra direta através da Editora..."

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Tempo, Vereador.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Eu me permito ler o Relatório, senão fica incompleto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Não, são cinco minutos o tempo.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Me dê mais um minuto para chegar ao final. "Sendo o objetivo da licitação a obtenção de melhor preço e melhores condições para a Administração Pública, adotar a lógica exposta Ignorar a lógica de mercado, que estabelece a obtenção de lucros por parte de quem revende materiais distribuídos por outrem, significa onerar desnecessariamente, porque não dizer, ilegalmente, a Administração Pública."

Então, vou ler apenas o que diz o Parecer (Lê.): "Recente orientação do Tribunal de Contas da União, publicado no Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos, n. 89, que engloba os julgamentos dos dias 6 e 7 de dezembro de 2011, traz em seu bojo a seguinte orientação daquela Corte de Contas Federal [Tribunal de Contas da União]: É lícita a aquisição direta de livros, por inexigibilidade de licitação, quando feita junto a editoras que possuam contratos de exclusividade com os autores para editoração e comercialização das obras, o que, porém, não isenta o gestor de justificar os preços contratados." É o que está justificado nos autos do processo, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DR. THIAGO: Ficou claro que não tem argumento nenhum. *Bueno*, mas esse não é o ponto, e isso nós vamos explicitar melhor amanhã, mostrando que isso não teve fundamento nenhum e não teve parecer favorável, como o próprio Secretário leu.

Mas o ponto é outro agora, é a questão da Moção. E eu quero, de novo, o compromisso - como nós vimos nos vídeos, como nós vimos na matéria da imprensa - de que o Secretário vai conosco ao Ministério Público e que, se for assinado um TAC, esse TAC será cumprido pela Secretaria Municipal de Saúde. É simples, é tranquilo, e com isso nós ficamos bem encaminhados com relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Feito o registro. Obrigado pela compreensão, Vereador.

Em votação nominal, solicitada pelo Vereadores Pedro Ruas e Any Ortyz, o Requerimento nº 164/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu quero só dizer que esta Presidência vai marcar uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado e vamos convidar todos vocês, todos os Parlamentares e o Executivo. Esperamos que isso seja levado a bom termo. Parabéns pela luta de vocês.

Com relação à Moção que alguns perguntaram, nós vamos entregar a vocês no dia de amanhã, por escrito para que a gente possa tê-la em tempo hábil para audiência com o Tribunal de Contas do Estado.

A SRA. ANY ORTIZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem de priorização da votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 087/13. Após, retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Any Ortiz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 087/13. (Pausa.) A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

A SRA. ANY ORTIZ: Muito obrigada, boa-tarde a todos e a todas que se encontram aqui, a quem está a tarde inteira, aos taxistas que estão aqui presentes, muito obrigada pelo apoio. Gostaria também de agradecer o apoio do Procon na presença da Flávia. Esse Projeto de Lei revoga o artigo 2º da Lei de 1.976 - uma Lei que trata do funcionamento do serviço de telerradiotáxi na cidade de Porto Alegre. Essa Lei, no seu artigo 2º, § Único, estabelece que para cobrir o extra imobilizado e operacional das 24 horas do dia, poderia ser acrescido o valor de 10% sobre a tarifa. Em 1986, por uma Emenda, este valor de 10% passou para 50%, sempre se tratando da chamada e nunca do deslocamento. Esta Lei causou algumas interpretações divergentes. E foi decidido no Tribunal, tanto em 1º Grau, pelo Juiz, como no Tribunal, pelos Desembargadores, que esta cobrança é uma possibilidade e não uma obrigatoriedade. Além disso, esse valor, que hoje é de R\$ 2,11, não pertence ao taxista, não pertence nem ao permissionário nem ao motorista auxiliar. Este valor é exclusivamente da telerradiotáxi e serviria para cobrir o imobilizado, que significa o quê? A parte estrutural da tele: o telefone. Na época, em 1.976, custava o valor do aluguel de uma sala comercial; hoje não se justifica mais essa cobrança, hoje as teles, pela tecnologia, se sustentam, também pelos contratos que têm com os taxistas, tanto os permissionários quanto os auxiliares.

O meu Projeto, de maneira alguma, retira um direito do taxista. Esse direito não é do taxista, tanto que foi decidido pela Justiça - mais uma vez a Justiça tendo que decidir questões que são inerentes a nós... E muitas pessoas falaram que eu estava retirando um direito do taxista, o que é um grande erro. O que estou querendo fazer é pegar uma lei antiga, que não se adapta mais ao tempo de hoje, e adaptar, porque não há mais custos para este extra imobilizado de que trata o art. 2º da Lei de 1.976. E a Lei jamais se referiu a deslocamento; essa Lei trata de chamada. Por isso mesmo que eu entendo que a gente não pode estar repassando para as teles um valor que já não faz mais falta e que elas já adquirem de outra maneira.

A questão do deslocamento - eu quero deixar bem caro - deve ser, sim, ser regulamentada, só que não dentro de uma lei que claramente trata do funcionamento da telerradiotáxi na cidade de Porto Alegre; ela deve ser regulamentada num outro Projeto de Lei, que vai tratar de deslocamento e não só por taxista que é vinculado a uma tele, mas para todos os taxistas, para que o taxista que está ponto fixo possa cobrar, para que o

taxista que trabalha particular, para o que trabalho por aplicativo. Esta restringe esse valor apenas para as teles; em momento algum a Lei diz, senhores e senhoras, que este valor pertence ao taxista. Eu quero dizer que esta proposta não trata de beneficiar ou prejudicar empresários taxistas; ela trata de garantir um direito. Sabe-se que esse direito não é dos taxistas, é das teles. E tenho certeza que não querem tirar do seu cliente mais esse valor. Por isso, peço a compreensão e a sensibilidade de todos vocês para que possamos agora aprovar este Projeto de Lei nº 087/13 que revoga o parágrafo único do art. 2ª da Lei nº 4.162, de setembro de 1976, que destina essa taxa para cobrir o extra imobilizado operacional das telerradiotáxis. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver.º Any, eu subi à tribuna para manifestar o meu apoio ao Projeto de V. Exa. e, ao mesmo tempo, quero referir e cumprimentar a presença da Dra. Flávia do Canto, que é a nossa Coordenadora Municipal do Procon. Eu tive muita honra em ter dado uma contribuição nesse processo de trazer a Dra. Flávia, que é uma jovem e brilhante professora de Direito, advogada e sumidade, obviamente, na área em que atua, que é o Direito do Consumidor e que tem feito um trabalho muito bonito à frente do nosso Procon. Em uma economia desenvolvida de mercado precisamos ter entidades reguladoras que zelem pelo Direito do Consumidor, porque é só assim que vamos chegar naquela economia de mercado que almejamos, com empresas desenvolvidas, mas conscientes da sua responsabilidade para com o consumidor, para com o cidadão e para com a própria sociedade. Então a Dra. Flávia do Canto faz esse trabalho. Eu quero cumprimentá-la aqui. Também a Dra. Simone Somensi que, da mesma forma, nos visita e faz um trabalho belíssimo junto à nossa Prefeitura Municipal. A Dra. Flávia há pouco me falava a respeito do nosso Código de Defesa do Consumidor, art. 39, inc. V, que versa, Ver.ª Mônica, a respeito de circunstâncias manifestamente ilegais. E esta é uma delas. Portanto, eu quero aqui expressar o meu apoio, Ver.ª Any, exatamente por isso, na defesa do direito do

consumidor, cumprimentando aqui também os representantes do setor do táxi, enfim, a cada um que nos visita hoje aqui, quero dizer do meu apoio.

Não quero concluir, Sr. Presidente, sem antes fazer dois registros aqui, porque, infelizmente, é o tempo que tenho. O primeiro deles, minha cara Ver.^a Lourdes Sprenger e Ver. Idenir Cecchim, quero dizer que eu conheço, Ver. Brasinha, o trabalho da Central Única das Favelas - Cufa. Eu não gostaria de misturar as questões; às vezes, no calor dessas discussões, nós acabamos misturando, ou a compreensão que as pessoas tem acaba misturando. É fato que o administrador público precisa fazer um juízo de conveniência e de oportunidade e seguir uma série de princípios do direito administrativo, como o princípio especialmente da economicidade e da publicidade. É por isso que a Procuradoria fala em certame, em licitação, porque são exatamente esses procedimentos que oferecem condições iguais a que todos possam oferecer o seu produto. Mas também existe a excepcionalidade da compra direta, desde que devidamente justificada. Quando eu suscitei essa questão ao Secretário Casartelli, eu não o estava acusando, eu estava dizendo que nós gostaríamos de ouvi-lo no dia em que ele viesse à Câmara de Vereadores. Em retorsão – aí que vai a minha crítica e eu solicitava que fizesse a sua retratação –, o Secretário Casartelli diz que este Vereador foi defender interesses privados na Secretaria, o que eu, novamente, o desafio para que comprove. Então, eu quero dar esse assunto, obviamente, por superado, mas eu ainda aguardo, Srs. Vereadores, a retratação. Infelizmente, em vez de aqui ter recebido uma retratação, recebi nova acusação de um assunto que há poucos dias já estive aqui. Eu quero retornar para dizer o seguinte: aqui está o processo que ele referiu, de novo, de quando eu fui Secretário da SMIC. (Mostra processo.) E eu quero dizer aquilo que já disse.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Brasinha, eu não lhe concedo aparte, infelizmente. Eu quero referir aquilo que eu já disse ao Ver. Comassetto e o desafiei naquele dia: se encontrasse alguma ilegalidade, eu renunciaria ao meu mandato. De novo quero dizer isso, porque as leviandades não podem ser admitidas. Então, eu quero encaminhar favoravelmente a votação do projeto da Ver.^a Any. E rogo àqueles que tem compreensão

das coisas que o Secretário faça a retratação, que diga que se equivocou, Ver. Villela, a partir daí a questão está absolutamente superada.

(Aparte antirregimental do Ver. Alceu Brasinha.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Temos um Vereador na tribuna e vamos respeitar a manifestação do Vereador. O Ver. Valter Nagelstein prossegue em sua manifestação.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu reitero que tenho apreço e carinho pelo Ver. Alceu Brasinha. Acho que ele não está compreendendo a minha fala, ele não entendeu o que eu disse aqui! Eu renovei a oportunidade, dizendo que apoio o projeto que está em discussão, de o Secretário Gil Almeida se retratar da acusação que fez. De novo, está renovada a oportunidade da retratação, dizendo que, se, em retorsão, ele fez uma ilação com relação a este procedimento que aqui está, eu quero entregar a ele esse procedimento e digo que, se ele encontrar alguma ilegalidade, o meu mandato está à disposição. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, em especial a Ver.^a Any Ortiz, proponente e autora do projeto de lei que ora debatemos aqui, na Casa. Quero dizer que, com muita honra, fui o Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, do projeto de iniciativa da Vereadora. Nós tivemos, inclusive, a oportunidade de chamar, na Comissão, por iniciativa deste Vereador, com a concordância dos integrantes da CCJ, em especial do Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, as partes interessadas nesse projeto de lei, quais sejam, os proprietários de teletáxi, de radiotáxi, sindicato, associação, taxistas, enfim, e o nosso parecer, como vocês podem perceber, no espelho de votação da nossa Ordem do Dia, foi pela inexistência de óbice à tramitação do projeto. Mas, até por uma questão de justiça,

pág. 64

como a gente, ali, na CCJ, faz esse encaminhamento, na questão de mérito, eu me obrigo aqui também a trazer a minha opinião a respeito dessa pauta.

Então, Ver. Villela, eu entendo que, quando uma categoria - e deve ter sido muito peleado na época para poder aprovar essa cobrança -, através de uma articulação, de uma construção, consegue o direito de cobrar essa taxa por serviço de teletáxi, eu acho que essa construção teve um custo. E se nós revogarmos o direito de o taxista, quando chamado pelo serviço de teletáxi, poder cobrar uma taxinha, nós vamos estar revogando esse direito. Então, quando a gente chama lá a telefarmácia, telepizza, enfim, telesserviços, sempre se agrega um valor e uma taxinha. E, nesse caso aqui, para o teletáxi, é o mesmo. A pessoa está em casa, quando ela chama o serviço de teletáxi, ela levanta o telefone e diz: “Eu quero um táxi aqui na porta da minha casa”, ela tem que pagar por um conforto – e isso foi construído na legislação à época.

Bem, dentro desse princípio, obviamente a Ver.^a Any Ortiz também articula e argumenta que a construção é no sentido de aprimorar a legislação, de talvez revogar agora que o “guarda-chuva” seja restrito às “teles”, mas não, por exemplo, às chamadas de ponto fixo e outras situações que envolvem esse custo – hoje a lei permite que o taxista cobre quando chamado pelo radiotáxi. Então, nós podemos até construir, mas eu acredito que dentro do próprio projeto, porque, se nós revogarmos a taxa, depois nós não a aprovaremos mais; depois de revogado não se aprova mais! Então, o nosso encaminhamento, nesse período que não é de encaminhamento, mas de discussão –, até porque, na Bancada, nós temos opiniões divergentes –, eu quero dizer aqui que eu trago a opinião do Sindicato dos Taxistas, do Sintáxi, que se manifestou e conversou com todos os Vereadores, contrário à aprovação deste projeto; e dizer, então, que o nosso entendimento é nesse sentido: se a pessoa tem interesse em pegar um táxi e não quer ir à esquina tomar chuva, ter que parar e ver se o táxi está vazio ou não, se ela quer levantar o telefone e chamar o táxi para que ele vá até a porta da sua casa, uma taxa de R\$ 2,00, no meu entendimento, não é nada absurda. Então, é nesse sentido.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)
Ver. Márcio Bins Ely, eu lhe agradeço. Eu gostaria de lhe perguntar, porque nós temos a compreensão de que hoje, quando um taxista se associa a alguma rede de teletáxi, a algum radiotáxi, já paga uma mensalidade de R\$ 500,00, em média, por mês.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Não sei, Vereadora. Não sei.

A Sra. Fernanda Melchionna: Então, eu lhe pergunto: o senhor compara com as tele-entregas? Eu acho que não é uma comparação correta, se é verdade que é paga essa mensalidade.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Não sei qual é a relação. Sinceramente, eu não entendo qual é a relação que a senhora estabelece a essa situação. O que a legislação, hoje, faculta e permite é que o taxista cobre R\$ 2,00 quando ele for chamado pelo serviço de teletáxi! E eu entendo que é justo e que, se nós revogarmos esse direito, nós estaremos revogando um direito adquirido. Então, é nesse sentido a minha manifestação. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Thiago Duarte; Srs. Vereadores, eu vou usar o mesmo sistema que o Ver. Valter usou, Ver. Cecchim. É lamentável o que aconteceu nesta Casa hoje à tarde! É lamentável, mesmo! Querido Presidente Thiago, V. Exa. sabe que eu sempre estive ao seu lado em todos os momentos, até nos momentos mais difíceis. E o senhor não está sendo leal conosco! O senhor não está sendo, Vereador! O senhor está se prevalecendo da Presidência – do cargo que o senhor exerce – para fazer o que bem entende nesta Casa, Vereador. Então, eu quero lhe dizer, Presidente, com todo o respeito que tenho por V. Exa., e o senhor sabe que eu sempre tive respeito pelo senhor... E, mais ainda, Ver. Janta, não se preocupe porque vou usar o mesmo tempo que o Ver. Nagelstein, ele não se ateve ao Projeto e também vou fazer assim, porque eu acho que os direitos são iguais. Ou para mim não é o mesmo direito? Então, nesta Casa é! Eu quero dizer aos senhores que é lamentável. Há uma perseguição imediata, o Vereador assumiu, ele não está se opondo, de jeito nenhum, ele quer dar explicação. E eu estou com vocês, também, porque defendo o povo, mas quero dizer aos senhores que o que aconteceu nesta Casa não pode acontecer mais, Ver. Cecchim. É um

pág. 66

absurdo o que aconteceu! É um absurdo o que aconteceu nesta Casa! Isso, vergonhosamente, aconteceu nesta Casa! Então, quero dizer aos senhores que isso não pode se repetir nesta Casa! Ver. Tarciso, eu estou há nove anos aqui e nunca tinha visto isto: ser negada e cerceada a palavra a quem fosse. Então, quero dizer aos senhores: pode ter a certeza absoluta, Dr. Thiago, não estou com raiva de V. Exa., não tenho nada contra o senhor; gosto muito do senhor, sempre estive do seu lado e sempre o acompanhei nas suas demandas. Nos piores momentos, estava junto com o senhor; quando o senhor chorou, eu estava ao seu lado! Então, vamos botar a consciência no lugar e respeitar as outras pessoas. O respeito é bonito. Não interessa qual Partido seja: PCdoB, PT, PSOL, PDT, PTB, PP, todos têm que ser respeitados nesta Casa!

Então, senhores, desculpem desabafar, mas eu fui obrigado a vir aqui, neste momento, fazer este discurso.

Quero dizer que o projeto da Ver.^a Any Ortiz é bom, é um projeto que vejo com muita atenção, porque fui procurado várias vezes por uma querida amiga, advogada, a Luci, e sempre fui a favor do teu projeto, Any. Claro que fiquei preocupado com algumas manifestações de fora, e vieram me procurar, mas eu imediatamente te procurei, e tu me esclareceste. Eu acho que o projeto está facultando, e isso é importante, porque esse negócio de obrigar a pagar não é legal. Paga quem quer. O projeto tem que ser aprovado. É bom para os taxistas, e a classe está se manifestando a favor. Então, Any, estou contigo, e a Bancada, também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Brasinha, agradeço pela solidariedade nos momentos de emotividade que este Presidente tem, até porque sou médico e sou humano. Quero dizer que o Vereador que será amanhã Secretário da Saúde teve todo o tempo, inclusive tempo antirregimental, aqui, para poder falar, hoje, e não respondeu. E críticas ele vai ter, críticas corretas, de frente, como nós fizemos hoje, diferentemente do que tem sido feito, inclusive quanto a este Presidente.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu gostaria de estar nesta tribuna, desde o início da tarde, falando de projetos para a Cidade. Não vou julgar ninguém aqui, não tenho procuração para acusar nem para defender; não preciso fazer isso, nem devo. O que eu devo dizer aqui é que de todas as invasões que possamos ter sofrido a pior delas é a invasão do ódio, a invasão da desídia, a invasão do desamor, a invasão do orgulho pessoal. Eu já tive, assisti e até participei de discussões fortes, mas acho que devemos preservar, aqui nesta Casa, o mandato e a liturgia da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nós temos de respeitar aqui as pessoas, são 36 vereadores, homens e mulheres. Aqui não tem bonecos, aqui não tem RoboCops; aqui têm Vereadores a favor ou contra, mas com postura. Nós temos galerias a favor e contra e temos de respeitar as galerias, e elas são o povo. Se nós dizemos que aqui é a Casa do Povo, respeitemos as galerias, mas não vamos nós aqui nos aproveitar da casa cheia para pregar o conflito entre Vereadores, não podemos fazer isto. Ver.^a Any Ortiz, eu gostaria de ter vindo à tribuna umas três ou quatro vezes para falar sobre o seu Projeto. Eu votarei a favor. A mim ninguém procurou, nem taxista, nem a população; eu mesmo não sabia que pagava uma taxa quando eu chamava um táxi, não sabia. Eu acho que não dá para pagar mais uma taxa. Então, não sei por quê. Eu sou a favor que tenha teletáxi, que tenha cooperativa, mas quem é filiado – eu sou filiado ou sou sócio do Grêmio, outros são do Colorado; eu pago a mensalidade para ir para o Estádio Olímpico. Eu acho que quem quer conforto, paga se quiser. Agora, ser obrigado a pagar, não mesmo! Voto a favor do Projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, até parece que eu não tenho direito de falar aqui também. Sabem por que vou falar sobre o Projeto? Porque é regimental. Qualquer outra palavra de consolo ou de reza ou de ensinamento que eu fizer ou tentar fazer aqui, eu estarei contra o nosso Regimento. Então, vamos parar de demagogia! É recado para várias pessoas!

Vou falar sobre o Projeto, que é isso que eu tenho que fazer aqui! Eu já tinha, anteriormente, assumido o compromisso com a Vereadora de votar favoravelmente, e vou votar com a senhora. Mas, sinto que há uma divisão entre os taxistas e nós precisamos enfrentar isso ali na frente.

Eu não acredito na possibilidade de alguém chamar um táxi na madrugada, ele se deslocar três, cinco quilômetros e não poder cobrar uma diferença. Gente, se ele não tiver um incentivo, ele vai parar, ele vai pegar o primeiro passageiro que levantar a mão para ele. Não precisamos ser inteligentes para fazer outra avaliação a não ser esta.

Eu tenho a impressão que V. Exa. poderia ter resolvido num único Projeto. Este é o meu entendimento. Revoga um, acerta o outro, aquele negócio todo no mesmo.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Bernardino. Apenas para registrar o nosso voto favorável ao Projeto e dizer que a Lei que a Ver.^a Any Ortiz revoga, na verdade permite a cobrança de 50% da bandeirada para o serviço, que já é cobrado com a mensalidade que o taxista tem que pagar ao se associar. É um debate, vai ser feito na próxima lei que ela apresentou, mas neste momento, a Bancada do PSOL vota junto com a Ver.^a Any Ortiz, pela revogação da lei.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Na verdade, eu tenho dificuldade de ter esse entendimento de me envolver na relação entre o taxista e a sua associação. Eu tenho dificuldade de entender ou de me preocupar com o entendimento, com a relação profissional entre o taxista e a sua associação. Parece-me que a nossa preocupação é o passageiro e o taxista. Por isso, Vereadora, V. Exa. diz que há outro Projeto tramitando, nós, com certeza, iremos trabalhar também no Projeto seguinte. Espero que a gente possa, então, acertar, porque eu não acredito na possibilidade de alguém se deslocar, tarde da noite, parar na frente de uma residência, tocar a campainha e não cobrar um adicional. Eu não acredito nessa possibilidade. Eu acredito, sim, que nós temos que qualificar o serviço, até porque não é justo, o sujeito se deslocar, ir à residência de quem chamou o táxi, bate na campainha e não pode cobrar uma taxa extra - eu não acredito nessa possibilidade.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino Vendruscolo, pelo Preto da Ver.^a Any Ortiz de hoje, que tira essa taxa, e o seu posterior dela vai entrar, vai dar direito a todos os taxistas. Como o senhor diz, daqui a pouco, o taxista está no seu ponto fixo, atende ao telefone – onde eu moro tem um ponto de táxi –, e a pessoa terá o direito de cobrar uma taxa para ir até a minha casa, ou não. Vai permitir que o taxista decida isso. Hoje em dia, quem recebe esse dinheiro são as empresas, e os taxistas não recebem nada.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 087/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu me mantenho aqui no plenário até agora pelo compromisso que assumi com a Ver.^a Any Ortiz de votar este projeto no dia de hoje. Acho que poucos projetos eu vi aqui na Casa tão amplamente discutidos como esse que vamos votar agora. A Comissão de Constituição e Justiça fez duas ou três reuniões específicas sobre isso; o Relator da matéria se aprofundou neste assunto. E nós chegamos a algumas conclusões que, como bem acentuou o Ver. Bernardino Vendruscolo, no mérito nós podemos ter alguma divergência, mas na propriedade e da objetividade do projeto não podemos ter nenhuma divergência. Eu já havia escrito a Declaração de Voto que vou fazer, dizendo que voto favoravelmente ao projeto da Ver.^a Any Ortiz por entender que o mesmo alcança um objetivo meritório, que é reduzir uma taxa equivocadamente autorizada pela legislação e ainda não regularizada na Defesa do Consumidor, como-me à Ver.^a Any e voto pela supressão do dispositivo legal que o projeto objetiva revogar. É isto, tão somente isto, homenagem ao Ver. Guilherme Socias Villela, que tem o compromisso que quero que vote conosco.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 087/13. (Pausa.) A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 087/13.

A SRA. JUSSARA CONY: O encaminhamento é muito rápido. Primeiro, nenhum profissional taxista procurou a Bancada do PCdoB, e nós vamos votar a favor exatamente pelo trabalho da Ver.^a Any Ortiz, pelas discussões que nós fazemos em elaboração de Projetos, essa proximidade na busca do melhor para Porto Alegre, e por uma questão de dupla justiça. Não cobra do consumidor aquilo que o trabalhador taxista não recebe. É isso.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 087/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente; colegas Vereadores e Vereadoras; prezados trabalhadores do transporte público de Porto Alegre, venho aqui para, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o PT, dizer que nós votaremos também favoravelmente ao Projeto. Agora, queremos discutir a próxima proposição, porque não temos acordo com o que está sendo construído para voltar a ser cobrado de outra forma. Neste momento, temos acordo. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, o PLL nº 087/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro: ao anoitecer do dia de hoje, nós estamos ingressando no Ano-Novo do calendário judaico. São 5774 anos de tradição. Na verdade, esse calendário é contado desde o início dos tempos, desde a criação do primeiro homem, Adão.

Então, é uma data muito importante, é uma comunidade também muito importante. E eu queria deixar esse registro aqui nos Anais da nossa Câmara de Vereadores e votos a toda a coletividade judaica de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul – e por que não – do Brasil – já que a nossa TVCâmara é também veiculada pela Internet – votos de um feliz ano novo, doce, pleno de saúde e de realizações à nossa coletividade judaica e à coletividade maior, também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Valter. Convido as Lideranças a se aproximarem da Mesa. (Pausa.)

(18h31min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Marcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta Especial. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta tarde intensa de debate sobre a saúde, como tantas outras vindas da população, de diversos segmentos para esta Casa, com suas pautas, com a pressão sobre a Câmara para que tenha ação sobre o Executivo, para que garanta a continuidade e a qualificação dos serviços, exemplar de hoje à tarde, tem que ser traduzida na LDO que estamos discutindo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Município de Porto Alegre. Pois a LDO vem para a Casa com uma previsão de aumento inexplicável de Receita. A Prefeitura de Porto Alegre, infelizmente, tem se especializado em mascarar números, os colegas municipais sabem disso, e nós fizemos muito esse debate nesta Casa, que o Orçamento estava superestimado, que as Receitas estavam superestimadas em vários anos, e que depois o Orçamento é sub-realizado, a menos, 30%, 40%, 50% a menos do que estava projetado, e hoje fica claro que é uma fórmula que a Prefeitura encontrou para

mascarar o problema das suas finanças, para garantir as finanças públicas no azul para contrair empréstimos e investimentos.

No ano passado, a Prefeitura projetava 4,5 bilhões para este ano, Ver. Comassetto, e nós dizíamos que eles tinham executado 35% do seu Orçamento. Nós estamos em setembro, a saúde empenhou 60% do recurso previsto para a saúde para este ano. Apareceu, depois do debate da superestimada Receita e do equilibrado orçamento Despesa/Receita, lá em março, o déficit de quase R\$ 60 milhões que a Prefeitura fechou no ano passado. E nesse meio tempo, entre essa projeção irreal de orçamento e o déficit que foi aparecer neste ano, a Prefeitura de Porto Alegre teve a ousadia de mandar para esta Casa a criação de mais Secretarias e de mais de uma centena de cargos comissionados.

Isso aconteceu no ano passado. Eu vou repetir para a população porque é difícil ter a memória, a recordação de como é que se comportam os gestores: a Prefeitura superestimou o orçamento, votamos um superorçamento, na sequência, no final do ano passado. Nós votamos, com voto contrário da oposição; esta Casa aprovou, Ver. Comassetto, mais de uma centena de novos CCs - em torno de 50, se eu não me engano, alguém me corrija -, verbas de representação que foram apostas aos cargos de direção, portanto, supersalários, e, dois meses depois, nós descobrimos que a Prefeitura estava no vermelho. Eu duvido que o Secretário da Fazenda já não soubesse que a Prefeitura estava no vermelho. Então, há, de fato, uma dúvida muito grande quando a Prefeitura aponta para o ano que vem R\$ 5 bilhões, quase R\$ 6 bilhões de Orçamento, um aumento que não nos parece real, um movimento que novamente nos parece de mascaramento da condição da situação financeira da Prefeitura. E a Prefeitura informa, anuncia uma redução de R\$ 300 milhões e não corta na carne, não muda a gestão, não muda a fragmentação da gestão, a multiplicação das Secretarias que fez, a multiplicação de CCs que fez.

Portanto, essa Lei de Diretrizes Orçamentárias eu espero que não consolide uma gestão que está sendo desastrosa para a cidade de Porto Alegre. Não são somente os terremotos, os acontecimentos que estamos vivendo, é uma produção de gestão ruim...
(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste em casa e das galerias, esta Casa já discutiu no Plano Plurianual e acho que é o momento, agora, de discutir na LDO a necessidade de nós termos uma política de Governo, uma política de reconhecimento da cidadania, reconhecimento do direito do nosso povo a coisas fundamentais, a coisas imprescindíveis na vida de um povo. Uma delas é a saúde, para qual nós aprovamos, no Plano Plurianual, construída por todas as bancadas desta Casa, com o meu Partido, uma emenda de R\$ 8 milhões destinada à saúde. Tínhamos mais emendas destinadas à saúde e tínhamos emendas destinadas à escola de turno integral, destinadas a melhorar a vida dos nossos filhos, a vida dos trabalhadores. E eu acho que assim como foi feito no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias cabe a esta Casa dar sugestões, cabe a esta Casa orientar os técnicos do Governo.

Nós, Vereadores, que no dia a dia estamos onde o povo está, dia a dia estamos nas comunidades em contato com o povo, sabemos a real necessidade desse povo. Eu acredito que os técnicos da Prefeitura que fizeram o PPA e que fizeram a LDO têm uma competência técnica inabalável; agora, a competência política de necessidade, de prioridade, como foi discutido em todas as reuniões do OP, em todas as regiões em que houve plenária do OP, todas elas escolheram como prioridades: a saúde, a educação, a moradia, a mobilidade urbana.

Então eu acho que cabe a esta Casa fazer esses encaminhamentos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Cabe a esta Casa propor, junto com os técnicos desta Casa, junto com os técnicos dos gabinetes, junto com o Governo, emendas que venham com o intuito de ajudar o nosso povo, emendas que venham com o intuito de convergir para as assembleias do OP, que venham para convergir com os anseios do nosso povo, com os anseios da população de Porto Alegre, com a vontade da população de Porto Alegre em ter atendidas as suas reivindicações básicas.

No mundo inteiro, todos os credos, religiões dizem que o bem maior de uma pessoa é a vida, e nós achamos que esse bem maior que é a vida só vem com saúde, esse bem maior só vem com acesso à saúde; o bem maior do povo de Porto Alegre é a vida, que

pode permitir que as pessoas busquem a educação, que podem permitir que as pessoas busquem a mobilidade, que as pessoas trabalhem, produzam e ajudem a nossa Cidade a crescer e enriquecer – isso acontece com a vida, e essa vida é saúde.

Então, acho que nessa LDO a prioridade máxima tem que ser a saúde, a prioridade máxima tem que ser o acesso à saúde da população de Porto Alegre. Por isso estamos estudando, como fizemos no Plano Plurianual, vamos apresentar propostas, sugestões, emendas, e esperamos que a Casa do Povo, ouvindo o Orçamento Participativo, ouvindo as ruas, ouvindo as necessidades do povo de Porto Alegre em todas as pesquisas, ajude a convergir com esse anseio. Com força e fé vamos seguir lutando para melhorar a vida dos trabalhadores de Porto Alegre, vamos seguir lutando para que as famílias dos trabalhadores, os trabalhadores tenham acesso à vida, tenham acesso ao bem maior que é a vida.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, o plenário que ainda nos assiste aqui, os trabalhadores da saúde, nós estamos aqui discutindo a LDO, e nada mais importante, quando é mandado um projeto como este - as diretrizes para o Orçamento de 2014 - que a gente faça uma retrospectiva nos Planos Plurianuais e nas Leis Orçamentárias anteriores.

Eu vou ler aqui, um dos programas que o Governo manda para esta Casa é Porto Alegre Mais Saudável. Nome da ação: Ampliação da rede de atenção à saúde. Está propondo isso como propôs o ano passado, em 2012, como propôs em 2010, 2009, 2008, 2007, 2006 e em 2005. Em 2005 o Governo propôs que deixaria, naquele Plano Plurianual, que constituiria 255 equipes da saúde da família. Nós estamos em 2013, e nada disso foi constituído. E está propondo novamente.

No segundo item do Porto Alegre Mais Saudável está propondo assistência farmacêutica e laboratorial. Eu quero dizer que há um Programa do Governo Federal que são as Farmácias Populares. O Governo do Município não assumiu esse Programa para que

pudesse colocar farmácias populares nas mais diversas comunidades com preços acessíveis. Então esse é outro ponto.

Quanto à Atenção à Saúde Mental, quero que os trabalhadores da saúde façam uma análise dos CAPs. Ali no postão da Cruzeiro, que trata da saúde mental, Secretário Casartelli, é uma vergonha aquilo que está ali, tanto para os funcionários como para as pessoas que estão ali internadas - estão nos corredores. Os que os tratam não têm a devida assistência e segurança. Isso é uma realidade. Mas está aqui de novo nesse Programa Porto Alegre Mais Saudável.

Então, Atenção Primária em Saúde. O que é isso? É fazer com que a Rede dos postos de saúde da família e as equipes de saúde da família consigam visitar aquelas comunidades e que cadastrem as pessoas hipertensas, as diabéticas, as que precisam de pré-natal, que orientem para aonde ir. Agora, não existe! Em contrapartida, aqui inclusive, a categoria dos médicos faz campanha contra a vinda de médicos. Aquele fato lá de Fortaleza doeu na alma de todo brasileiro.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Engº Comassetto, vendo os jornais e televisões fiquei muito triste, muito aborrecido. Eu tinha um discurso para falar do Martin Luther King, no qual ele falou que tinha um sonho de liberdade. Eu não vi ali médicos estrangeiros, eu vi ali contra os médicos cubanos. Esses médicos têm nome e têm cor, que tristeza, isso está encravado aqui! É uma tristeza muito grande, Ver. Engº Comassetto, nós ainda estamos na era da caverna. São os médicos cubanos, que vergonha! O Brasil vai sediar a Copa do Mundo daqui a nove meses, pelo amor de Deus, não façam isso.

O SR. ENGº COMASSETTO: Muito obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra. Nesse ponto do Programa Porto Alegre Mais Saudável, nós temos aqui 20 itens que vou continuar debatendo sobre o nosso Programa. Está aqui o nosso Secretário que irá reassumir amanhã... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Para concluir a minha fala, então, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nesse Programa Porto Alegre Mais Saudável, nós temos um conjunto de itens e nós queremos, sim, fazer com que Porto Alegre tenha um serviço de saúde de excelência, que os profissionais tenham a

oportunidade de terem um trabalho digno e a população de ter um atendimento digno. Portanto, continuaremos fazendo este debate, Sr. Presidente, na próxima reunião, um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Ofício nº 1.103/13, do Sr. Prefeito, solicitando a gentileza de determinar a retirada de tramitação e conseqüente arquivamento do PLE nº 016/13, Processo nº 1336/13, em fase da necessidade de reestudo.

Apregoo Ofício, de autoria do Ver. Elizandro Sabino (Lê.): “Servimo-nos deste expediente para comunicar a esta presidência que, após reunião da Executiva Metropolitana e da Bancada do PTB, foi indicado o Ver. Elizandro Sabino para ser Líder da Bancada do PTB nesta Casa”.

Esgotado o horário, quero dizer que esta discussão, certamente, dos médicos estrangeiros, Ver. Comassetto, faremos no próximo período de Pauta, sem dúvida nenhuma.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h49min.)